

# **Industrialismo e Agrarismo: o eurocentrismo no marxismo e a crítica coletivista**

*Rômulo de Souza Castro*

Procuramos aqui estabelecer uma crítica anarquista da concepção industrialista e de aliança operária-camponesa mediada pelo Estado e pelas coalizões partidárias que na nossa compreensão tem justificado uma ação política sindical de apoio ao desenvolvimento capitalista, aliança que subordina o campesinato e as lutas ecológicas ao crescimento econômico. Neste sentido, a ação sindical do modelo de socialdemocrata/comunista (BIHR, 2010) é orientada por esta concepção, que em parte ajuda a compreender as escolhas políticas realizadas pelos sindicalistas e centrais sindicais vinculados a esta perspectiva. Procuramos demonstrar a gênese da evolução teórica e prática deste modelo e a crítica coletivista.

## **INDUSTRIALISMO E AGRARISMO: A CRÍTICA COLETIVISTA<sup>1</sup>**

A questão agrária e camponesa só penetra na doutrina marxista à custa de muitas contradições e entre muitas controvérsias. O desenvolvimento teórico marxista e a prática política da socialdemocracia alemã são dois pontos de importante confluência para se analisar a tensão entre a perspectiva industrialista, que se desenvolve a partir do movimento operário-socialista de inspiração marxista, do agrarismo de outras proposições políticas, desenvolvida por vertentes do populismo russo, e o anti-industrialismo e anti-agrarismo das proposições do coletivismo anarquista. Fundamentalmente a análise socialdemocrata se concentrou em analisar o processo de concentração de ca-

---

1 O presente texto é uma parte do trabalho de doutorado em andamento no programa de pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) intitulada “Estado, Sindicalismo e Reforma Agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2002—2010.”

pital, a formação de grandes unidades de produção industrial que por sua vez precipitaria o fim da propriedade privada, a agricultura se desenvolvendo como ramo da indústria e a relação entre renda fundiária e concentração de capital. Todo esse tipo de análise desenvolveu uma política que passou a defender o industrialismo, a formação de grandes unidades industriais, como centro de sua ação.

Assim, as proposições políticas para o campesinato serão continuamente explicitadas no desenvolvimento dos conflitos políticos. Iniciando-se a partir da análise de Marx sobre o papel do campesinato no golpe de Estado de Napoleão III e sobre o papel regenerador do capitalismo na destruição sistemas arcaicos, como demonstra os textos sobre a ação do capitalismo na Índia. Posteriormente os conflitos com os bakuninistas no interior da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores, seguindo no debate sobre a comuna rural russa e a disputa política com os populistas russos na década de 80 do século XIX e em um quarto e importante momento no interior da socialdemocracia alemã, russa e do socialismo francês na virada do século XIX para o século XX definiram a posição política da socialdemocracia e do marxismo. A abolição da servidão na Rússia, em 1861, cria o contexto para discussão sobre o Mir, a comuna rural russa, e o debate sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo e do próprio socialismo.

Segundo Angedus (1984) a questão agrária no marxismo se apresenta em grande parte como análise das relações de propriedade e de produção vigente no modo de produção agrícola, mais ou menos diferentes da indústria, com base no pressuposto de que também o desenvolvimento da agricultura, como de toda a sociedade, ocorre sob o influxo de leis rigorosas que agem com a força das leis naturais, como a tendência a monopolização do capital e a proletarianização de grande parcela do campesinato. Por sua vez, Abramovay afirma que é

*Impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx. Por mais que se tenha revestido de um aparato teórico imponente, esta célebre investigação (questão agrária) sempre correspondeu, antes de tudo, à resposta de certas organizações políticas a determinadas situações circunstanciais. (ABRAMOVAY, 2012)*

A impossibilidade de encontrar uma questão agrária nos escritos de Marx está estritamente ligada a sua formulação do conceito de trabalho e alienação, e lhes concebe um estatuto central. Neste sentido é do interior do próprio modo de produção capitalista, da mercadoria, que “emerge a forma particular de socialização cujo resultado é a necessária divisão da sociedade em classes sociais” (ABRAMOVAY, 2012) É do interior do próprio processo de trabalho que surge a propriedade privada, portanto do trabalho alienado. Nas palavras de Marx:

*Assim, graças ao trabalho alienado o trabalhador cria a relação de outro homem que não trabalha e está de fora do processo do trabalho, com o seu próprio trabalho. A relação do trabalhador com o trabalho também provoca a relação do capitalista (ou como quer que se denomine ao dono da mão-de-obra) com o trabalho. A **propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado inevitável, do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador a natureza e consigo mesmo.** A propriedade privada, pois, deriva-se da análise do conceito de trabalho alienado: isto é, homem alienado, trabalho alienado, vida alienada, e homem afastado. Está claro que extraímos o conceito de trabalho alienado vida alienada) da Economia Política, partindo de uma análise do movimento da propriedade privada. A análise deste conceito, porém, mostra que embora a propriedade privada pareça ser a base e causa do trabalho alienado, é antes uma consequência dele, tal e qual os deuses não são fundamentalmente a causa, mas o produto de confusões da razão humana. Numa etapa posterior, entretanto, há uma influência recíproca.*

O desenvolvimento do capitalismo traz em si o processo de alienação do trabalho e submissão de toda vida social a condição atomizada que é desenvolvida pelo capital através do processo de produção (ABRAMOVAY, 2012) O trabalho alienado traz consigo a propriedade privada. É a partir desta questão que se desenvolve toda a perspectiva teórica e política marxista.

*Mas – e é neste sentido que Marx não faz um trabalho sociológico – o desfecho da batalha é dado de antemão, bem como seu sentido geral: a tendência a que os homens dependam cada vez mais um dos outros na reprodução de sua vida material, sem que entretanto possam ter um controle racional sobre essa sua dependência, a generalização do trabalho assalariado, mediatizado pelo capital, a constituição de um sujeito político responsável cada vez mais pela produção social, mas preso por sua submissão a proprietários privados, esse conjunto de contradições é resolvido quando essa nova espécie criada pelo capitalismo (o trabalhador coletivo) exerce a cooperação e a propriedade comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho e instaura portanto uma nova sociabilidade baseada antes de tudo na cooperação consciente e voluntária entre os indivíduos, mas sobre as bases das grandes técnicas que o capitalismo desenvolveu. (ABRAMOVAY, 2012)*

Na proposição comunista-social democrata o socialismo é um reflexo das relações de produção, produto, reflexo, do capitalismo. A existência é dada pela produção, o centro do materialismo histórico está nas relações de produção e a contradição entre a produção coletiva, progressivamente desenvolvida pelo desenvolvimento tecnológico capitalista e a apropriação individual, é resolvida pela organização da classe em torno do partido com vista a tomada revolucionária do Estado para realizar a planificação, o que no campo da questão agrária significa a nacionalização das terras. Por isso a necessidade do Partido e do Estado, capaz de organizar e sistematizar a demanda da classe alienada, organizada pela sua posição no processo de produção.

Neste sentido há uma exigência do desenvolvimento econômico e político do capitalismo para se chegar ao socialismo. O desenvolvimento da luta de classes e seu desfecho, neste sentido, é dado de antemão.

Ao passo que para Bakunin o conceito de trabalho não está vinculado estritamente a teoria da alienação, mas como parte fundamental da luta do homem pela sua liberdade. Para Proudhon e Bakunin o trabalho pode ser a fonte de libertação do homem frente a natureza e a exploração. Assim, o fato do camponês trabalhar a terra e ser explorado (mesmo quando detentores de algum título de propriedade ou explorarem a terra individualmente), são trabalhadores por terem no trabalho o centro da sua existência material e manterem uma relação de antagonismo com os exploradores.

*De que maneira as pessoas honestas podem modificar a vida material do povo? Elas não têm de forma alguma o poder, e o Estado, como tentaremos demonstrá-lo mais à frente, é incapaz de melhorar a condição material do povo; a única coisa que o Estado pode fazer em seu favor é dissolver-se, desaparecer, visto que sua existência é incompatível com a felicidade do povo, felicidade que só poderá ser criada pelo próprio povo. O que podem fazer seus amigos? Levá-lo a um movimento e a uma ação autônomos, antes de mais nada – afinal precisamente os defensores de boa fé da tendência da qual acabamos de falar –, indicar-lhe as vias e os meios que o conduzirão à emancipação.*

*Vias e meios podem ser de dois tipos: uns, puramente revolucionários e visando direto a organização de uma insurreição geral do povo; outros, mais pacíficos, abordando sua emancipação por uma transformação de forma sistêmica e lenta, mas, ao mesmo tempo, radical, de suas condições de existência.*

*Ora, o que podem fazer as pessoas honestas para levar nosso povo ao caminho de uma lenta mas radical transformação de suas condições materiais? Criar cátedras de sociologia no campo? Em primeiro lugar, o governo vigilante e paternal não o tolerará; em segundo, os camponeses, infelizmente, não compreenderão em absoluto nada e troçarão dos professores. [...]*

*Esta ação não pode ser outra coisa senão a formação de associações artesanais e de sociedades cooperativas de empréstimos, consumo e produção, sobretudo estas últimas, mais diretamente do que as outras indo no sentido do objetivo: a emancipação do Trabalho da dominação do Capital. (BAKUNIN, 2003)*

É deste setor do movimento socialista internacional que surgirá as principais críticas a teoria e prática da socialdemocracia/comunismo, e de onde emergirá o campesinato como classe potencialmente revolucionária uma vez que as contradições de sua existência, a luta pela sobrevivência pelo trabalho em sua terra, traz uma necessidade de aliança com o operariado urbano, “o setor marginal da cidade em cada situação específica, mas nunca a aristocracia operária” (MOLINA; GUZMAN, 2005). Segundo Fernandes (2000, 1997):

“Fora do âmbito próprio do marxismo – mas nos marcos do movimento operário do século passado – cabe destacar, em primeiro lugar as críticas anarquistas (sobretudo as de Mikhail Bakunin) ao socialismo autoritário de Marx”.

Neste sentido, mesmo reconhecendo a teoria do valor trabalho, a teoria da alienação não ganha estatuto central na concepção de trabalho de Bakunin. Para o autor o trabalho em conjunto com o associativismo dos homens está no interior da emancipação, portanto em contraposição a dominação e exploração. Como desdobramento político dessa concepção teórica é necessário ampliar as associações para que se efetive a emancipação, com a revolução, derrubada violenta do estado e da propriedade privada. Ao passo que o desdobramento político prático da teoria de Marx é a necessidade de organização do partido político, capaz de formular o projeto de emancipação da classe operária alienada, para que articule o projeto de emancipação via tomada do Estado, e com isso superar a contradição entre o trabalhador coletivo e a apropriação individual. Historicamente as proposições anarquistas deram origem as confederações de trabalhadores, como a CGT francesa e a CNT espanhola, e a defesa da realização da greve geral, ao passo que as proposições socialdemocratas caminharam para a construção de partidos políticos socialistas e operários e a defesa da participação no processo eleitoral da democracia partidária.

Esse estatuto central da relação entre a teoria valor trabalho e da alienação na teoria marxista colocou a produção como *locus* central de sua análise e de sua proposição política. É neste sentido que o industrialismo assume posição central na proposição comunista/socialdemocrata e a questão agrária e do campesinato está ausente na obra de Marx, pelo fato de que a estrutura lógica de sua obra e sua explicação exigir uma pequena digressão teórica (ABRAMOVAY, 2012). Isso porque, é através do desenvolvimento industrial, da grande indústria, que se cria o trabalhador coletivo, que por outro lado se contrapõe ao atomismo das comunidades agrícolas, e por isso tem um caráter integrador, fundamental para se chegar ao socialismo.

Para Marx as comunidades camponesas, devido ao caráter da sua produção, não tem possibilidade de desenvolvimento e vivem isoladas, sem intercâmbio. O autor afirma, ainda em 1852, no “O 18 Brumário”

*Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase autosuficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os*

*meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. (MARX, 1984)*

Essa perspectiva sobre o campesinato significa a ideia de um “insulamento” da economia camponesa, ao mesmo tempo que sinalizava que o desenvolvimento, associado a industrialização, capitalista acabaria com o campesinato (FERREIRA, 2011). Por outro lado, a produção camponesa é assemelhada em certa medida a imagem da “comunidade primitiva”, arcaica, (propriedade tribal) como composta de unidades isoladas e insuladas, com base no trabalho agrícola, sendo que esta é visualizada no passado como uma unidade indivisível do trabalho no “reino da necessidade”, traçando um paralelo com a proposição política futura do comunismo, agora sim unidade indivisível geral, capaz de possibilitar a redistribuição coletiva da produção, no reino da liberdade, a partir do progresso técnico possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas, na medida em que a divisão técnica do trabalho aumenta a individualização. A partir desta transformação, a evolução do campesinato é vista como “individualista” devido ao seu isolamento dentro da divisão do trabalho, tendo em vista sua propriedade individual da terra, restando a classe em desaparecimento duas opções: a sua proletarianização ou aburguesamento.

A questão camponesa para a socialdemocracia é, ao mesmo tempo, uma complementação da investigação sobre essa ideia de estrutura social e uma resposta das organizações políticas a determinado contexto político, como por exemplo o avanço eleitoral socialdemocrata e o debate sobre a comuna rural russa, o Mir, e as disputas com os anarquistas e populistas russos. Para Hegedus (1984), na abordagem marxista:

*Os camponeses constituem uma classe de transição: por um lado, no sentido histórico da transitoriedade – ou seja, os camponeses são uma formação econômico-social já desaparecida no Ocidente, o elemento criador do feudalismo, mas continuam a existindo também no capitalismo, por outro, no sentido estrutural da transitoriedade, isto é, os camponeses constituem uma classe de transição entre as duas classes fundamentais do Capitalismo, a classe operária e a dos capitalistas. (HEGEDUS, 1984)*

Neste sentido, o campesinato tem o status social de uma não classe, um não lugar na estrutura social capitalista. Assim, o marxismo “analisa a articulação estrutural interna da classe camponesa e define nesta base a relação da classe operária, ou do partido da classe operária, com os diferentes estratos da classe camponesa, formulando também os programas agrários dos partidos operários socialistas (ou socialdemocratas).” (HEGEDUS, 1984)

Ao passo que a política e teoria bakuninista está vinculado ao caráter positivo da construção descentralizada de associações políticas e econômicas

dos trabalhadores na sua luta pela existência contra o caráter dominador do Estado e explorador do capital. O campesinato neste sentido é entendido como agente político importante na luta contra a exploração e dominação do Estado e do Capital. Essa possibilidade de constituição de sujeito político está associado justamente ao fato de que o conceito de trabalho no coletivismo, a partir de Proudhon e Bakunin, não aponta para um papel determinista da alienação, mas para a luta pela existência e sua libertação. Essa diferença, influi na gênese da substituição do operariado e do campesinato como sujeitos pelo Partido/Estado, no caso da visão industrialista do marxismo.

Essa diferença se mostra mais clara, no caso da discussão sobre o Mir na Rússia. Os coletivistas destacavam o elemento associativo a ser desenvolvido dentro das comunas rurais, a possibilidade de ação coletiva de caráter revolucionário para superar sua miséria, sua situação e posição de explorados e dominados e a possibilidade de aliança com o operariado urbano (MOLINA; SEVILLA, 2005). Ao passo que na teoria de Marx, onde é impossível encontrar o conceito de camponês (ABRAMOVAY, 2012), a consequência política são proposições vinculadas as circunstâncias do desenvolvimento histórico-político da socialdemocracia, presa em uma tensão entre a sua vinculação teórica ortodoxa, e suas disputas políticas, seja no campo eleitoral da democracia parlamentar ou no movimento socialista revolucionário, como no caso da Rússia.

O desenvolvimento político e teórico da socialdemocracia no movimento operário e socialista europeu procurou responder a questão agrária a partir destes pressupostos, que incluía muito fortemente a análise sobre o desenvolvimento capitalista e o processo de modernização-industrialização. É dentro dessa questão, que se insere uma fundamental diferença entre a perspectiva bakuninista e marxista, e seus desdobramentos políticos. Ao passo que para o anarquismo é o Estado que possibilita o estabelecimento da propriedade privada, sendo está fruto não do desenvolvimento no interior do próprio processo de trabalho, mas da luta de classes, da luta pela existência, contra a centralização do poder. Por isso, o desenvolvimento e concentração das forças produtivas, o industrialismo, e o Estado não é o caminho tendencial para se atingir o socialismo. Neste sentido, se para Marx e, mais ainda para o marxismo ortodoxo, Engels e Kautsky, o desfecho da luta de classe é dado de antemão a partir do interior do processo de produção das mercadorias, para Bakunin a luta de classes é campo aberto de permanente disputa e desenvolvimento, dado pela rebeldia dos setores dominados e explorados diante da centralização do poder e do capital.

Em texto de 1842, sobre o desenvolvimento do capitalismo na Índia, Marx afirmava:

*Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes, por mais complexa, rápida e destrutiva que pudesse parecer sua sucessiva ação sobre o Hindustão, não o haviam arranhado senão superficialmente. A Inglaterra destruiu os fundamentos do regime social da Índia, sem manifestar até o presente a menor veleidade de construir o que quer que seja. Esta perda de seu velho mundo, que não foi seguida pela obtenção de um mundo novo, confere à miséria atual dos Hindus um caráter particularmente desesperado e separa o Hindustão, governado pelos ingleses, de todas as tradições antigas, de todo o conjunto de sua história passada.”*

*Esta decadência das cidades indianas, célebres por seus produtos, não foi a pior consequência da dominação britânica. A ciência britânica e a utilização da máquina a vapor pelos ingleses haviam destruído, em todo o território do Hindustão, a ligação entre a agricultura e a indústria artesanal.*

*Estas pequenas formas estereotipadas de organismo social foram dissolvidas na maior parte e estão em vias de desaparecer não tanto por causa da intervenção brutal dos preceptores e soldados britânicos, mas sob a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses. Estas comunidades familiares baseiam-se na indústria artesanal, aliando de um modo específico a tecelagem, a fiação e a cultura do solo executados a mão, o que lhes assegurava a independência. A intervenção inglesa, estabelecida a partir a fiação em Lancashire e da tecelagem em Bengala, ou mesmo fazendo desaparecer tanto a fiação como a tecelagem indianas, destruiu essas pequenas comunidades semibárbaras, semicivilizadas, destruindo seus fundamentos econômicos e produzindo assim a maior e, na verdade, a única revolução social que jamais teve lugar na Ásia.*

*É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, era guiada pelos interesses mais abstractos e agia de uma maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas a questão não é essa. Trata-se de saber se a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental na situação social da Ásia. Senão, quaisquer que fossem os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento da História ao provocar esta revolução.*

É interessante notar o caráter positivo que o autor atribui às forças produtivas, “a influência da máquina a vapor e do livre comércio ingleses”, e seu caráter “revolucionário”, uma vez que a expansão do modo de produção capitalista, na visão do autor, possibilitava a destruição de formas de dominação pré-capitalistas. Tal perspectiva também não teve mudança substantiva a respeito da comuna russa, como veremos adiante.

### **A PROPOSIÇÃO POLÍTICA DA SOCIALDEMOCRACIA INTERNACIONAL PARA O CAMPESINATO: SUBORDINAÇÃO AO INDUSTRIALISMO**

A vertente socialdemocrata, começando com Marx e Engels e passando por Kautsky, Lenin e Mao-Tse-Tung, mantém no geral a ideia de dispersão e



isolamento da população rural, e procura, mesmo sob a insígnia da aliança operária-camponesa, desenvolver a ideia de modernização-industrialização como processo inevitável do desenvolvimento das forças produtivas.

Neste sentido, a produção como centro da tese marxista, ou, comunista-social democrata, se refletiu em proposições pragmáticas, econômicas e políticas, para o campesinato, como forma de integração no mercado capitalista. O incentivo à proletarização por parte da política socialdemocrata ortodoxa e hegemônica afastava da luta camponesa, ainda com grande peso na sociedade europeia. Assim, o programa político apresentado ao campesinato desta vertente política procura atender e equilibrar de um lado as demandas do campesinato na medida em que aumentava a sua inserção eleitoral e de outro manter a perspectiva teórica de proletarização camponesa, e desta maneira o “não lugar” do campesinato existente no modo de produção capitalista.

A política da socialdemocracia internacional dessa maneira incorporou os camponeses de duas formas: como objetos necessários de uma política de proletarização, e nesse sentido, se celebrava e incentivava a destruição da propriedade camponesa e por outro lado, como uma política mais pragmática derivada de vários países da Europa, que consideravam a necessidade do apoio eleitoral do campesinato e que levavam a tese da “difusão da tecnologia” para a pequena propriedade e sua capitalização.

Ainda no livro “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, Marx aborda e define uma política para o campesinato. Depois de analisar a situação e condição do camponês afirma que estes “encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.” No mesmo texto, o autor dirige a crítica aos camponeses franceses em 1848 que não se uniram com os operários.

*É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que, ligada às das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom-senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; não a sua moderna Cevènes, mas a sua moderna Vendée. (MARX, 1988)*

Se neste trecho existe na perspectiva de Marx uma possibilidade de ação do campesinato, a partir do entendimento de um campesinato revolucionário, no caso de Cevènes, contra um campesinato conservador, no caso de Vendée. Mas na mesma obra é apresentada a concepção de aliança su-

bordinada do campesinato ao operariado. Concepção que se amadurece na medida em que o autor desenvolve sua teoria.

A proposição, então, é de subordinação do camponês não ao poder executivo, no caso de Napoleão III, mas ao proletariado, uma vez que o campesinato, devido a sua não posição econômica, em extinção, teria uma propensão ao conservadorismo político. *“Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no proletariado urbano, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.”*

Essa percepção política do texto de 1848 é aprofundada na medida em que escreve a obra da maturidade, O Capital, a categoria campesinato não encontra espaço. Mas ainda, a perspectiva marxista apresenta como tendência fundamental a ideia de concentração de capitais e de separação e divisão da sociedade em duas classes, de capitalistas e proletários, isso por estar o capitalismo fundado na propriedade privada dos meios de produção. Disso deriva a proposição socialdemocrata/comunista de nacionalização da terra e proletarização do campesinato.

Essa perspectiva não se alteraria ao curso das disputas políticas e teóricas no interior do movimento operário internacional e da própria socialdemocracia. Pelo contrário, se agudizaram na medida em que as disputas políticas foram se acirrando. Segundo Hegedus (1984), Marx e Engels escrevem conjuntamente a proclamação de reivindicações do Partido Comunista na Alemanha, em 1848, que também aderem ao recém constituído comitê central das ligas dos comunistas. O programa está em harmonia com reivindicações democráticas burguesas e, em seu contexto, formulava-se o programa camponês. “As reivindicações mais importantes, do ponto de vista deste último tema tem este teor:

*Todos os gravames feudais, todas as imposições, as frondas, os dízimos, etc., que até agora pesaram sobre a população rural, são abolidas sem nenhuma indenização.*

*As terras dos príncipes e as outras propriedades fundiárias feudais, todas as minas. Pedreiras, etc. serão transformadas em propriedades do Estado. Nessas terras a agricultura se exercerá em larga escala e com a ajuda dos meios mais modernos da ciência, no interesse da coletividade;*

*As hipotecas sobre as posses dos camponeses são declaradas propriedades do Estado, os juros das hipotecas serão pagos pelos camponeses ao Estado;*

*Nas regiões em que se difundiram o sistema de arrendamento, ou tributos agrícolas ou de renda, serão pagos pelos camponeses ao Estado.*

*O proprietário fundiário autêntico, que não é nem camponês nem rendatário, não tem nenhuma parte na produção. Seu consumo, portanto, é um abuso puro e simples. (HEGEDUS, 1984)*

Esse programa será basicamente o apresentado pelos partidos operários e socialdemocratas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), nos anos 60 do século XIX, nas disputas com os proudhonistas e coletivistas, vinculados a Aliança para Democracia Socialista (ADS), que discordavam da transformação das grandes propriedades agrícolas em propriedades estatais com exercício da gestão econômica em larga escala e renúncia da divisão da terra.

Desde o início da primeira internacional o programa agrário suscitou fortes polêmicas, “em 1866 pelo I Congresso da Internacional, realizado em Genebra, e pelo segundo Congresso, ocorrido em Lausanne, em 1867. Estes encontros internacionais podem ser considerados como o terreno de confronto da cristalização dos pontos de vista marxista e proudhoniano” (HEGEDUS, 1984). Segundo o mesmo autor o ponto de vista marxista mantinha a questão da eficiência e eficácia da concentração de capital, nacionalização da terra e formação das grandes unidades produtivas. A essa proposição, se colocavam contrários os proudhonianos, com a defesa das pequenas unidades camponesas e a formação de uma federação agrária industrial com base na associação e redistribuição solidária da produção, enfatizando o caráter moral da associação e do trabalho na terra.

Marx parte da centralidade no desenvolvimento econômico com o industrialismo como componente fundamental deste processo, que geraria a classe revolucionária (o proletariado industrial). Entretanto, a abolição da servidão na Rússia em 1861 cria o contexto para a discussão sobre a comuna rural e o desenvolvimento do capitalismo. É neste sentido, que se estabelece o debate entre Marx e Vera Zaslitch a respeito do Mir russo. O autor primeiro enfatiza que o Mir está em crise econômica e ao mesmo tempo pode ser, hipoteticamente, a base para o desenvolvimento econômico no país desde que tenha uma relação com o capitalismo para o desenvolvimento de uma nova base sociotécnica. Na sua perspectiva as comunas rurais russas estavam em crise e, portanto, a única salvação seria o avanço do capitalismo para acabar com o isolamento dessas comunas rurais, destruir formas pretéritas de produção e salvar economicamente a comuna rural. Por sua vez, essa possibilidade estava associada a importância da Rússia no sistema interestatal europeu e ao grau de desenvolvimento do capitalismo no continente.

A centralidade do industrialismo e do desenvolvimento econômico é reafirmado por Engels no texto “Do Socialismo Utópico ao Científico”, também conhecido como “Antidhuring”, obra fundamental na consolidação do marxismo como teoria da socialdemocracia alemã e de combate a outras vertentes socialistas no interior do partido. Mantém assim a mesma direção do texto de Marx “A Dominação Britânica da Índia”, de 1853.

A perspectiva de nacionalização da terra parte do “pressuposto ético de que o terreno cultivável cabe a toda humanidade” (HEGEDUS,1984) e da necessidade, de acordo com a teoria Marxista da concentração de capital, da nacionalização e da formação de grandes unidades produtivas, mas também da perspectiva teórica do coletivo como indivisível. Para evocar o comunismo futuro e um projeto de emancipação do proletariado, Marx e Engels fazem referências a “comunidades” primitivas, comunistas, mas no reino da necessidade, sem desenvolvimento técnico suficiente para garantir o pleno desenvolvimento dos indivíduos.

Para Marx a relação com a propriedade está relacionada ao trabalho e seu desenvolvimento histórico. Neste sentido, o autor procura identificar nas comunidades primitivas uma visão positiva da negação da propriedade privada, como ponto de identificação com a proposta comunista, e ao mesmo tempo o surgimento histórico da própria privada a partir divisão do trabalho no interior da comunidade. A existência da comunidade comunista é mediada pela existência enquanto proprietários das terras que tem como objetivo a conservação da família e da comunidade. Uma vez que a comunidade está voltada para sua produção, se comportando como possuidor sem divisão do trabalho e separação dos meios de produção com força de trabalho. Ao mesmo tempo aprisionando o desenvolvimento das forças produtivas e do capital.

Essa coletividade, comunidade primitiva, tem uma relação coletiva de posse, não universal, e não orgânica, pela dependência da ação dos indivíduos em fazê-la existir. É do próprio desenvolvimento histórico da comunidade, da relação de propriedade, de posse do objeto, da terra, por exemplo, que deriva o sistema. Essa comunidade aprisiona as forças produtivas, e as contradições entre elas e as relações de trabalho que terão sua potencialidade liberada, primeiro com o próprio surgimento da propriedade imóvel e depois móvel. Com a divisão do trabalho no interior da família e da comunidade doméstica primitiva, através da divisão social do trabalho, primeiro entre gêneros e depois entre campo e cidade, é que a propriedade privada vai se desenvolvendo se libertando das amarras locais, e com isso liberalizando o capital. Mas ainda é importante perceber que a comunidade primitiva original, identificada como comunismo primitivo é na visão do autor idealizada como um todo indivisível, onde o trabalho é coletivo e controlado pela comunidade primitiva. É a diferenciação do trabalho no interior da comunidade primitiva, a contradição entre o desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas em desenvolvimento que destruíra esse comunismo primitivo, restrito a necessidades autossuficientes das comunidades comunistas primitivas.

Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos Marx afirma:

*A primeira anulação positiva da propriedade privada, o comunismo vulgar, é, portanto, apenas uma forma fenomenal da infâmia da propriedade privada representando-se como comunidade positiva.*

*(V) Assim, todo o desenvolvimento histórico, tanto a gênese real do comunismo (o nascimento de sua existência empírica) quanto sua consciência pensante, e seu processo entendido e consciente de vir-a-ser; ao passo que o outro, o comunismo ainda não desenvolvido procura, em certas formas históricas contrárias a propriedade privada, uma justificação baseada no que já existe e, com esse fito, arranca de seu contexto elementos isolados desse desenvolvimento (Cabet e Villegardelle destacam-se entre os que se dedicam a esse passatempo), apresentando-os como provas de seu pedigree histórico. Ao fazê-lo ele deixa claro que, de longe, a maior parte desse desenvolvimento contradiz suas próprias afirmações e que, se jamais existiu, sua existência pretérita refuta sua pretensão a entidade essencial. (MARX, 2013)*

Este é um ponto importante, na medida em que Marx afirma que “a primeira anulação positiva da propriedade privada”, o comunismo primitivo, é uma forma fenomenal e não orgânica, tendo em vista que o coletivo indiviso, a propriedade privada da comunidade, neste caso, não é garantido pelo desenvolvimento das forças produtivas, e por outro lado sua existência enquanto coletividade só existe a partir da associação entre homens, e não pelo desenvolvimento produtivo, em certa maneira independente dos homens.

Neste sentido, é do próprio trabalho dentro das comunidades primitivas que surge a propriedade privada, e é sobre esse aspecto que Marx critica Proudhon, no passo que o autor anarquista indica o surgimento da propriedade pela ação política e econômica, que Marx identifica e crítica como extra econômica.

A perspectiva ontológica centralista de Marx o fez entender o surgimento da sociedade tribal realizada de forma original e espontânea. Sendo a finalidade de todas essas comunidades a conservação, e portanto, seu isolamento como comunidades comunistas primitivas autossuficientes, do ponto de vista da produção e do consumo. A propriedade da terra faz parte do desenvolvimento da contradição entre forças produtivas e relações de trabalho, e da separação contínua do homem dos seus meios de produção, e mais ainda, do homem com a natureza. O desenvolvimento posterior da propriedade privada é seu rompimento com a imobilidade da terra, que terá seu auge, no desenvolvimento da grande indústria moderna, praticamente autômata tendo em vista o uso energético do sistema industrial. Esse desenvolvimento das forças produtivas dissolveria as relações clientelistas e tradicionais. Sobre esse desenvolvimento Marx afirma:

*A propriedade agrária (ou imobiliária) é a primeira forma de propriedade privada, e a indústria aparece pela primeira vez na história simplesmente em oposição a ela, como uma forma particular de propriedade privada (ou melhor, como o escravo libertado da propriedade agrária); essa seqüência se repete no estudo científico da essência subjetiva da propriedade privada, e o trabalho aparece, a princípio, apenas como trabalho agrícola, mas depois estabelece-se como trabalho em geral.*

*A propriedade agrária, ao contrário do capital, é propriedade privada, capital, ainda afligido por preconceitos locais e políticos; é capital que ainda não emergiu de seu envolvimento com o capital mundial não-desenvolvido. No decurso de sua formação numa escala mundial ela tem de alcançar sua expressão abstrata, isto é, pura. (MARX, 2011)*

A dissolução dos modos de produção e das formas anteriores de comportamento do processo de formação do capital não está na agricultura pela sua imobilidade que não permite o pleno desenvolvimento técnico-científico, deixando a comunidade isolada e paralisada, uma vez que não se dissociou o trabalhador dos instrumentos do trabalho e da matéria-prima.

A formação original do capital está vinculada, portanto, a esse processo histórico que tem seu início no rompimento da comunidade doméstica, primeiro pela dominação do homem sobre a mulher e depois pela separação campo e cidade.

*No caso das tribos pastoris nômades, a comunidade está de fato sempre unida; a sociedade migratória, caravana, borda, e as formas de dominação e subordinação desenvolvem-se a partir das condições desse modo de vida. Nesse caso, só o rebanho é de fato apropriado e reproduzido, não a terra; que, no entanto, é sempre temporariamente utilizada de forma comunitária em cada um dos locais de permanência. (MARX, 2011)*

*Marx ainda afirma sobre as supostas coletividades comunistas primitivas: Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava, também, sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio de pequenas ou grandes coletividades comunistas. Essa produção coletiva era levada a cabo dentro dos mais estreitos limites, mas, ao mesmo tempo, os produtores eram senhores de seu processo de produção e de seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía de suas mãos. E, enquanto a produção se realizou sobre essa base, não pôde sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o espectro de poderes estranhos, como sucede, regular e inevitavelmente, na civilização.*

*Nesse modo de produzir, porém, foi-se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. Minou a produção e a apropriação em comum, erigiu em regra dominante a apropriação individual, criando, assim, a troca entre indivíduos (já examinamos como, anteriormente). Pouco a pouco, a produção mercantil tornou-se a forma dominante. (MARX, 2011)*

Neste sentido há um ponto de surgimento (perspectiva centralista) e uma idealização das comunidades domésticas primitivas, como exposta acima pelo autor, ao entender a produção e consumo das comunidades comunistas primitivas como essencialmente coletivistas e indivisíveis, que impossibilitava qualquer alienação e possibilitava o auto-consumo de sua própria produção. Fato que se reproduzirá na versão da proposição comunista. É da diferenciação dentro da própria coletividades originárias comunistas que sur-

giu também a troca mercantil, na medida em que a divisão do trabalho pouco a pouco minou a apropriação e produção comum, e conseqüentemente dissolve as relações clientelistas e patriarcais.

Na perspectiva de Marx e Engels a propriedade privada está imobilizada até o aparecimento da manufatura e, fundamentalmente, da indústria. Quando o trabalho se desvincula da terra e se tem a separação agricultura e manufatura, a propriedade móvel aparece na mesma medida em que o trabalho livre, libertando toda a potencialidade do desenvolvimento das forças produtivas.

*Tal e qual a propriedade privada é a mera expressão sensorial do fato de o homem ser ao mesmo tempo um fato objetivo para si mesmo e tornar-se um objeto estranho e não-humano para si mesmo; tal e qual sua manifestação de vida é também sua alienação da vida e sua realização própria uma perda da realidade, o aparecimento de uma realidade estranha, assim também a revogação positiva da propriedade privada, i. é, a apropriação sensorial da essência humana e da vida humana do homem objetivo e das criações humanas, pelo e para o homem, não devem ser consideradas exclusivamente na acepção de fruição imediata e exclusiva, ou na de possuir ou ter. O homem apropria seu ser multiforme de maneira global, e portanto como homem integral. (MARX, 2011)*

Neste sentido, o autor destaca o desenvolvimento do industrialismo como o desenvolvimento integral do homem, mesmo que os indivíduos estejam alienados. Também Engels reafirma e ainda destaca a diferenciação da comunidade doméstica primitiva que se desenvolve numa sociedade de produtores isolados, pouco a pouco veio a introduzir o novo modo de produção.

*Nessa sociedade de produtores Isolados, de produtores de mercadorias, veio a Introduzir-se mais tarde o novo modo de produção. Em meio àquela divisão elementar do trabalho, sem plano nem sistema, que imperava no seio de toda a sociedade, o novo modo de produção implantou a divisão planificada do trabalho dentro de cada fábrica; ao lado da produção individual surgiu a produção social Os produtos de ambas eram vendidos no mesmo mercado e, portanto, a preços aproximadamente iguais. (ENGELS, 2013)*

E continua sobre o surgimento da família e da propriedade privada:

*A forma de família que corresponde à civilização e vence definitivamente com ela é a monogamia, a supremacia do homem sobre a mulher, e a família individual como unidade econômica da sociedade. A força de coesão da sociedade civilizada é o Estado, que, em todos os períodos típicos, é exclusivamente o Estado da classe dominante e, de qualquer modo, essencialmente uma máquina destinada a reprimir a classe oprimida e explorada. Também são características da civilização: por um lado, a fixação da oposição entre a cidade e o campo como base de toda a divisão do trabalho social e, por outro lado, a introdução dos testamentos, por meio dos quais o proprietário pode dispor de seus bens ainda depois de morto. Essa instituição, que era um golpe direto na velha*

*constituição gentílica, não foi conhecida em Atenas, mesmo no tempo de Solon; foi introduzida bastante cedo em Roma, mas ignoramos em que época, (5) Na Alemanha, implantaram-na os padres, para que os cândidos alemães pudessem, sem dificuldade, deixar legados para a Igreja. (ENGELS, 2013)*

O destaque são as sucessivas divisões do seio da comunidade reverberando por divisões econômicas e do processo de trabalho. O comunismo é a fase de negação da negação e é, por conseguinte, para a próxima etapa da evolução histórica, um fator real e necessário na emancipação e reabilitação do homem. O comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato, mas o comunismo não é em si mesmo a meta da evolução humana - a forma da sociedade humana.

Também para Engels se mantinha uma Sociedade de Produtores Isolados que não produzia intercâmbio e, portanto, estável, e mesmo paralisada, do ponto de vista sociotécnico, na medida em que não havia divisão do trabalho, e se mantinha uma produção e apropriação coletiva.

O comunismo na perspectiva marxista é a expressão positiva da propriedade privada universal, concentrada no Estado, que dissolverá todas as antigas relações de produção. A história da humanidade é sobre esta perspectiva o desenvolvimento do trabalho alienado, da separação homem-natureza

A agência da questão em Marx, Engels e Kautsky está no capital, nas transformações sócio-técnicas. A dissolução do comunismo primitivo com a influência da produção de mercadorias, do sistema mercantil. “As formas tradicionais de ganhar a vida desorganizaram-se, ocorrendo a desintegração que em todos os lugares acompanha a transição de uma economia de troca para uma economia de mercado” e “Este isolamento absoluto das comunidades – que criou no país interesses iguais, mas de nenhum modo comuns – é a base natural do despotismo oriental; da Índia à Rússia, em todo parte esta forma social predominou; ela o originava e sempre encontrou nele seu complemento.”

Portanto, a preferência por grandes unidades de produção, portadoras da socialização às custas das pequenas, repousando sobre o individualismo, é uma ideia fixa que reaparece na literatura marxista. O industrialismo se configura como uma concepção de necessidade histórica para que se realize a revolução a partir das contradições entre forças produtivas e relações de produção. A coletivização nesse caso, o comunismo futuro, é entendido como um todo coletivo indivisível, cabendo nesse sentido ao Estado na acepção marxista a distribuição justa, de acordo com as necessidades de cada indivíduo, a distribuição da riqueza já produzida coletivamente, ainda que os trabalhadores estejam alienados pelo processo de produção da mercadoria. Culminando, em certo aspecto, com o desenvolvimento do homem integral, enquanto ser multiforme global.



A produção, tornando-se cada vez mais social, rejeita mais e mais o envelope das relações jurídicas, isto é, a apropriação privada do produto social. É neste sentido que o desenvolvimento da grande indústria, levaria a dissolução de formas pretéritas.

Marx afirma:

*De tudo que dissemos, infere-se, pois, que a civilização é o estágio de desenvolvimento da sociedade em que a divisão do trabalho, a troca entre indivíduos dela resultante, e a produção mercantil — que compreende uma e outra — atingem seu pleno desenvolvimento e ocasionam uma revolução em toda a sociedade anterior. (MARX, 2011)*

A grande propriedade capitalista, seja ela sob as rédeas do Estado ou de um proprietário privado, é forma de produção mais próxima do socialismo. A grande empresa é entendida pelo seu caráter coletivo integrador e universal. Desse ponto de desenvolvimento por Marx e Engels que se desenvolveu a perspectiva de Kautsky a cerca do papel do proletariado e do campesinato e da ação política da socialdemocracia alemã.

Marx nos manuscritos econômicos filosóficos de 1844 afirma: “o capital industrial é a forma concretizada da propriedade privada. Assim, vemos que é só nesta etapa que a propriedade privada pode consolidar seu domínio sobre o homem e torna-se, em sua forma mais genérica, uma potência na história universal”

Engels também afirma: “Tínhamos que salientar, face a face os nossos opositores, o princípio mestre (o lado econômico) por eles negado, e nem sempre havia tempo, lugar e oportunidade para fazer justiça às demais consideração envolvidas e por ele afetadas”

## **O “MIR” RUSSO**

Na final década de 1860, no interior da AIT foi realizada uma grande discussão política e teórica sobre a questão agrária. Nestes congressos da Internacional a proposição proudhoniana foi vencida em favor da proposta coletivista dos bakuninistas no congresso da Basileia por “una mayoría colectivista antiautoritaria contra las minorias proudhoniana y marxista”. Essa proposta declarava: “que la sociedad tiene el derecho de abolir la propiedad individual de la tierra, y hacer de modo que ésta entre en la comunidad. Declara, además, que hay necesidad de hacer que la tierra sea propiedad colectiva” (GARCIA, 1964).

Por sua vez, a abolição da servidão na Rússia em 1861 abriu um forte debate sobre o desenvolvimento político e econômico do país e o papel do campesinato neste processo, particularmente a questão da comuna rural Russa. Assim, o marxismo e o bakuninismo ofereceram interpretações distintas para a questão agrária, em particular sobre a Rússia. Na década de 1880 em diálogo com Vera Zaslitch, do partido Terra e Liberdade, da

Rússia, Marx retoma o debate sobre a questão agrária e camponesa e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. A tese de proletarização do campesinato e nacionalização das terras é recebida com muitos questionamentos pelo movimento socialista russo. O tema também foi debatido por Bakunin na obra *Estatismo e Anarquia*, de 1873, que influencia em grande parte Marx a escrever *Crítica ao Programa de Gotha*.

Para Marx no caso russo existe a possibilidade da simultaneidade da existência do desenvolvimento capitalista com o Mir, diferentemente de outros países. A comuna e o campesinato aparecem apenas como forma de produção arcaica. Entretanto, Marx teoricamente supõe a possibilidade de um caminho alternativo para a comuna russa. Essa alternativa está vinculada ao desenvolvimento das forças produtivas a partir do centro do capitalismo, ou seja, ainda assim é o desenvolvimento tecnológico e técnico e as formas de organização técnica do trabalho capitalista que possibilitaria um caminho alternativo, que não a instauração de propriedades individuais camponesas e seu posterior processo de desaparecimento.

A partir desta perspectiva, a comuna rural russa como via alternativa de desenvolvimento do capitalismo está associada a ação das forças produtivas e do Estado, para que houvesse o processo de modernização e nacionalização da Comuna Arcaica. Esse processo tenderia a acabar com o isolamento, a crise econômica e a forma de trabalho agrícola do Mir. Tais questões são sucessivamente debatidas e reafirmadas por Engels nas suas correspondências com Danielson (FERNANDES, 1982).

Após Marx escrever *Crítica ao Programa de Gotha*, em parte em resposta ao livro *Estatismo e Anarquia*, de Bakunin, Engels publica a *Questão Social na Rússia* no jornal *Der Volksstaat*, em 1875, as seguintes observações sobre a revolução na Rússia:

*[...] existem todas as condições para uma revolução; esta revolução será iniciada pelas classes superiores da capital e, inclusive, talvez, pelo próprio governo, mas os camponeses a desenvolverão, tirando-a rapidamente do marco de sua primeira fase, da fase constitucional; esta revolução terá grande importância para toda a Europa, sobretudo porque destruirá de um só golpe a última e ainda intacta reserva da reação européia.* (ENGELS, 1982)

De novo afirma: “Daí resulta que a iniciativa para a transformação da comuna russa não pode sair do seu interior, mas unicamente do proletariado industrial do ocidente. A vitória do proletariado da Europa Ocidental sobre a burguesia”. Dentro dessa perspectiva, insere isso dentro de um novo período de revoluções conduzidas de cima para baixo, que começaram na Alemanha, e, com elas, um período de crescimento do socialismo em todos os países europeus. A Rússia participou do movimento geral”.

Engels publica em 1894 o “Epilogo à Questão Social na Rússia”, onde afirma: “Não seria possível tomar esta propriedade comum como ponto de partida de uma ação nacional que, saltando sobre todo o período capitalista, passasse do comunismo camponês russo diretamente para a propriedade socialista moderna, enriquecendo-a com as aquisições técnicas da era capitalista” (ENGELS, 1982).

Para Bakunin a questão era distinta da proposição marxista. Neste sentido, há um deslocamento da análise econômica do Mir e do desenvolvimento capitalista, para a análise do papel do camponês enquanto agente revolucionário nas condições históricas atuais com base em experiências históricas das lutas anteriores do povo russo. A questão passa a ser o **associativismo e ação política** com vista à destruição do Estado e da estrutura fundiária. Para o autor é a própria ação sociopolítica do campesinato o vetor fundamental da revolução, efetivamente lutando contra a política estatal e patrimonialista, de centralização e dominação, que possibilitaria a luta contra o modo de produção capitalista.

Neste sentido, fica mais evidente a posição industrialista-centralista da visão socialdemocrata / comunista onde aparece a indivisibilidade da terra, passando da idealização da coletivização do “comunismo primitivo” para a proposição do comunismo moderno. Essa posição significa que a partir de um centro se difundiria a grande indústria capaz de promover mudanças sociais. Nesta perspectiva o problema da crise econômica do Mir, na medida em que existe um aumento da taxação do Estado sobre o Campesinato e ao mesmo tempo não se tem um forte aumento de produção, é a falta de intervenção do capital que possibilite superar essa crise da comuna rural russa. Para Bakunin é justamente a exploração e dominação sobre o campesinato que possibilita ação coletiva revolucionária de destruição do Estado czarista. Neste contexto, a política socialdemocrata continua a ser de defesa da nacionalização das terras camponesas, mantendo uma continuidade das obras dos anos 1840 e do programa da Liga dos Comunistas.

Por sua vez, no “Nosso Programa”, programa lançado por Bakunin e Jukosvki na Revista A Causa do Povo, afirmava: “3. (...) A terra pertence a quem nela trabalha, à comuna rural. O capital e os instrumentos de trabalho pertencem aos operários, as associações operárias; 4. O futuro regime político deve ser uma federação livre de artéis (associações) operários, rurais e fabril-manufatureiros.”

Neste pequeno trecho pode-se constatar, em comparação aos programas da Liga dos Comunistas e do Partido Socialdemocrata a diferença existente entre as duas perspectivas e o ponto central da teoria e política anarquista. Primeiro a inexistência de uma ideia de centro difusor, tanto político como econômico, e segundo a associação descentralizada, da auto-organização dos

trabalhadores, como contraponto fundamental a centralização do Estado e do Capital. É a partir justamente desta perspectiva e da experiência histórica do campesinato russo que Bakunin enumera três aspectos fundamentais do ideal revolucionário do campesinato russo:

*O primeiro e o principal destes aspectos é a convicção, partilhada por todo o povo, de que a terra, esta terra regada de suor e fecunda com seu trabalho, pertence-lhe de modo integral. O segundo, não menos importante, é ainda a convicção de que o direito à fruição do solo pertence, não ao indivíduo, mas a toda comunidade rural, ao mir, que reparte a terra, a título temporário, entre os membros da comunidade. O terceiro destes aspectos, de importância igual à dos dois precedentes, é a autonomia quase absoluta do, ao mesmo tempo em que a gestão comunitária do mir e, em consequência, a hostilidade manifesta deste último para com o Estado. (BAKUNIN, 2003)*

Estes três aspectos revolucionários presente no ideal do camponês russo que são o modo integral devido ao seu trabalho, o direito do solo pertencer a comunidade rural, ao Mir, e a autonomia da gestão comunitária do Mir em relação ao Estado é por sua vez obstaculizado por outro três aspectos,

*[...] que desnaturam seu caráter e complicam ao extremo, retardando-a, sua realização; aspectos, que devemos, por conseguinte, combater com toda nossa energia, e que são bem possíveis de combater, visto que o próprio povo já engajou no combate, Estes três aspectos são: 1) o Estado Patriarcal; 2) a absorção do indivíduo pelo mir; 3) a confiança no czar. (BAKUNIN, 2003)*

Diferentemente da proposta centralista/estatista e industrialista marxista que propõem como modelo alternativo de desenvolvimento a ação das forças produtivas sobre o Mir, no caso da proposta anarquista podemos inseri-la numa espécie de **radicalismo federalista**, com base na **associação** dos agentes, sendo o *campesinato um agente importante para o processo de destruição do estado e da propriedade privada.*

Em sua proposição uma preocupação fundamental é a **luta pela existência**, que significa ao mesmo tempo lutar contra a centralização do poder e pela efetiva liberdade do campesinato russo, contra a dominação do estado sobre a comuna rural. O centro da questão, desse modo, não é a possibilidade do desenvolvimento econômico do Mir a partir da sua relação com o capitalismo em desenvolvimento na Rússia, mas justamente demonstrar que esses processos estariam interligados, como causas da dominação sobre o campesinato, conjuntamente com o Estado centralizando as comunas rurais. Para o autor, não há possibilidade de que uma centralidade econômica e estatal provocariam mudanças sociais que levariam a extinção do Estado patriarcal e do capitalismo na Rússia, muito menos a possibilidade de um modelo alternativo para a Rússia, ainda que hipoteticamente.

Em contraponto, a centralização do poder, representado pelo Estado, a expansão do modo de produção capitalista e concentração de capitais na agricultura, Bakunin destaca a centralidade da associação para se chegar a uma socialidade igualitária e livre, anárquica.

**Para tal, os trabalhadores têm apenas um meio: a associação.** *Através da associação, instruem-se, esclarecem-se mutuamente e põem fim, por si próprios, a esta fatal ignorância que é umas das principais causas da sua escravatura. Através da associação, aprendem a se ajudarem, a se conhecerem, a se apoiarem mutuamente, e acabarão por criar um poder muito maior do que o de todos os capitalistas burgueses e poderes políticos juntos. A associação tornou-se, pois, a palavra de ordem dos trabalhadores de todos os ofícios e de todos os países, sobretudo nestes últimos vinte anos, e toda a Europa está minada, como que por encanto, por uma multidão de associações operárias de todos os tipos. [...] Mas a experiência destes mesmos vinte anos provou que as associações isoladas eram quase tão impotentes como os trabalhadores isolados, e que mesmo a federação de todas as associações operárias de um país apenas não bastam para criar um poder capaz de lutar contra a coligação internacional de todos os capitais exploradores, do trabalho na Europa; a ciência demonstrou, por outro lado que a questão da emancipação do trabalho não se trata de uma questão nacional; que nenhum país, mesmo que seja grande, poderoso, rico, pode, sem se arruinar e sem condenar todos os seus habitantes à miséria, empreender nenhuma transformação radical das relações do capital e do trabalho, se transformação não se fizer igual e simultaneamente pelo menos na maior parte dos países mais industrializados da Europa, e que, conseqüentemente, a questão da libertação dos trabalhadores do jugo do capital e dos seus representantes, os burgueses, é uma questão eminentemente internacional. Daqui resulta que a solução só é possível no quadro do internacionalismo. (BAKUNIN, 2003)*

Desta maneira o autor desloca o centro da questão da esfera da produção, e da continuação de um suposto comunismo primitivo, ou de uma propriedade coletiva arcaica, para uma forma superior, propiciado pelo desenvolvimento do capitalismo e do trabalhador coletivo, para a associação entre os trabalhadores nas suas diferentes formas organizativas, que contraporaria tanto a centralização estatal como a centralização de capitais.

Esse é um ponto crucial de diferenças entre as perspectivas socialdemocrata/comunista e anarquista/bakuninista. Marx identifica o avanço do capital com um duplo objetivo, ao mesmo tempo em que ele é destruidor de modos de existência pretéritos é também regenerador. A introdução de base tecnocientífica capitalista tem como missão criar a base material do mundo novo, entretanto esta nova base é assentada na perspectiva industrialista da teoria e prática socialdemocrata/comunista. É neste sentido que a produção, o modo capitalista, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução.

*Outra circunstância favorável à conservação da comuna russa [ como via de desenvolvimento ] consiste em que ele a não só é contemporânea da produção capitalista [nos países ocidentais], mas que sobreviveu à época em que o sistema social ainda se apresentava intato, que , ao contrário, ela o encontra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em luta com a ciência, com as massas populares e com as próprias forças produtivas por ele engendradas. [ Em suma, que ele se transformou em arena de antagonismos gritantes, conflitos e desastres periódicos, que ele se revela, mesmo aos mais cegos, como um sistema de produção transitório, destinado a ser eliminado pelo retorno da sociedade `...] Então, ela o encontra numa crise que só terminará com a sua eliminação, com retorno da sociedade moderna tipo arcaico da propriedade comum, forma em que – como disse um autor americano absolutamente insuspeito de tendências revolucionárias, financiado em seu trabalho pelo governo de Washington - (“o plano superior”) o novo sistema para o qual tende a sociedade moderna “será um renascimento (a revival) em uma forma superior (in a superior forma) de um tipo social arcaico. Portanto, não há porque ter medo da palavra arcaico. (MARX, 1982)*

A possibilidade de socialização dos meios de produção está contraditoriamente no desenvolvimento das forças produtivas, que no caso Russo significa um desenvolvimento com base nas comunas russas alternativo ao caso inglês.

Isso porque segundo Marx

*A Rússia é o único país europeu onde a comuna agrícola manteve-se em escala nacional até os nossos dias. Ela não é presa de um conquistador estrangeiro, como as Índias Orientais. Tampouco vive isolada do mundo moderno. Por um lado, a propriedade comum da terra permite-lhe transformar direta e gradualmente a agricultura parcelar e individualista em agricultura coletiva e os camponeses russos já praticam nas pradarias indivisas; a configuração física dos seus solos convida a exploração mecânica em grande escala; (MARX, 1982)*

Essa possibilidade se ergue devido a caráter comunista arcaico do Mir, segundo Marx, que ao entrar em contato com o capitalismo poderá passar do trabalho parcelar ao trabalho cooperativo. Sobre esta questão mais especificamente Marx afirma:

*Uma circunstância bastante favorável, do ponto de vista histórico, à conservação da comuna agrícola pela via de seu desenvolvimento ulterior, consiste em que ela não somente é contemporânea da produção capitalista ocidental (de modo que ela) e pode assim apropriar-se dos seus frutos sem sujeitar-se a seu modus operandi, mas também que sobreviveu à época em que o capitalismo ainda se apresentava intato, e que, ao contrário, ela o encontra, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, em luta com as massas trabalhadoras, com a ciência e com as próprias forças produtivas que ele dá origem – enfim, em uma crise que terminará por sua eliminação, por um retorno das sociedades modernas a uma forma superior de um tipo arcaico da propriedade e da produção coletiva. (MARX, 1982)*

*É um princípio profundamente verdadeiro logo que o consideramos sob o seu verdadeiro aspecto, isto é, sob um ponto de vista relativo, mas que, visto e posto de uma maneira absoluta, como o único fundamento e a primeira fonte de todos os outros princípios, como o faz esta escola, torna-se completamente falso. O estado político de cada país... é sempre o produto e a expressão fiel da sua situação econômica: para mudar o primeiro só é necessário transformar esta última. Todos os segredos das evoluções históricas, segundo o Sr. Marx está lá. Ele não toma em consideração os outros elementos da história, tais como a reação contudo evidente, das instituições políticas, jurídicas e religiosas sobre a situação econômica. Ele diz: 'A miséria produz a escravidão política, o Estado'; mas não se atreve a revirar esta frase e a dizer: 'A escravidão política, o Estado, reproduz por sua vez e mantém a miséria, como uma condição de sua existência; de modo que para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado. (BAKUNIN, 1989)*

Portanto, Bakunin faz uma crítica a visão economicista/industrialista da teoria socialdemocrata e comunista demonstrando que a defesa de um programa político com base no centralismo do Estado e na elevação de uma forma sócio-técnica a uma plano superior levaria, em seu pleno desenvolvimento, a uma política eurocêntrica e anti-camponesa. Essa visão industrialista combinada a defesa do Estado, engendra uma política contra as minorias e outras formas de existências que não a capitalista.

No manuscrito intitulado “A Alemanha e o Comunismo de Estado” o autor afirma.

*Sabem como este ódio e este desprezo sistemático pelos eslavos são propagados atualmente pelos chefes do partido da democracia socialista no próprio seio do proletariado da Alemanha? Para sabê-lo, basta abrir o “Volksstaat”, órgão oficial deste partido, redigido por Liebknecht sob a inspiração diretora de Marx. Em 1869 e 1870, ele publicou uma série de artigos, nos quais se encontrou desenvolvido o seguinte pensamento: os eslavos são uma raça essencialmente agrícola, por consequência retrógrada e reacionária. Devemos excluí-los da Internacional, porque eles permanecem completamente estranhos à civilização moderna, fundada na produção por meio dos capitais. Nunca tendo sabido desenvolver uma burguesia em seu seio, ficaram de fora deste movimento econômico da concentração dos capitais produtores entre as mãos burguesas; consequentemente, sua indústria, se é que existe, não é a grande indústria comanditada pelos grandes capitais burgueses, a qual produz para o mercado mundial. É uma indústria bárbara, primitiva; para sair da gleba, primeiro precisam passar pelo monopólio burguês, que é a única coisa capaz de criar o dinheiro para a revolução moderna, o proletariado dos grandes estabelecimentos industriais e das cidades. (BAKUNIN 2014)*

Assim, o desenvolvimento da base sociotécnica capitalista tem a centralidade presente na teoria socialdemocrata/comunista e na possibilidade de engendrar a concentração de capital e verdadeiras revoluções. Esse determinismo econômico levava a consequências políticas: o industrialismo e a defesa de uma superioridade política-cultural inerente ao operariado industrial, questões fundamentalmente criticadas por Bakunin.

Em contraste, Bakunin interpretou o atraso russo, expresso em miséria e dominação social, como o fator desencadeante de uma revolução social que tinha como ideal a destruição do Estado e, junto à emancipação social, a introdução de elementos como a autonomia política das comunidades rurais e a federação como modelo da organização política (VENTURI, 1981). Por conseguinte, no esquema teórico de Bakunin, ressalta a dimensão política e sociológica que conceitualiza o *Mir* como núcleo social com vida própria e com capacidade para resistir às ingerências do Estado e do modelo patriarcal-familiar, de lutar contra ele e de destruí-lo. Resumindo, a valoração dada por Bakunin a respeito do *Mir* dependia de suas relações com o Estado: a ambiguidade do *Mir* para o autor estava relacionado a capacidade de **ação e associação** do campesinato de a partir dos elementos autônomos da própria comuna rural, do seu antiestatismo, destruir os elementos estatistas, centralizadores e dominadores do Estado e da organização social patriarcal.

Enquanto a teoria e prática marxista deram ênfase ao desenvolvimento das forças produtivas como meio de destruição dos modos de produção anteriores, como a comuna rural, o *Mir*, no caso da Rússia, a teoria e prática anarquista procuraram intensificar o **associativismo** e o ativismo político dos agentes, no caso o campesinato, como sujeito da destruição das relações de opressão e exploração que estavam presentes no *Mir*. No caso comunista-social democrata a conversão da comuna se faria pela ação econômica e estatal exterior, de um centro de expansão do capital capaz de desenvolver e modernizar a comuna russa. Neste sentido, destruindo as relações de produção e sociais passadas e incorporando os aspectos positivos do capitalismo.

Ainda no “Epílogo a Questão Social da Rússia” Engels reafirma estas questões, e mantém o ponto de conexão com os marxistas russos e que de certa maneira influencia a ação dos marxistas russos. Ele afirma:

*Uma coisa, porém, é certa: o que resta destas comunidades somente será conservado se o despotismo tsarista for derrocado por uma revolução na Rússia. Esta revolução não só retiraria a grande massa do país, os camponeses, do isolamento de suas aldeias, do mir, que é o seu mundo, e as colocaria no grande cenário onde poderiam aprender a conhecer o mundo exterior. (MARX, 1982)*

## **O DESENVOLVIMENTO DO INDUSTRIALISMO: QUESTÕES POLÍTICAS E TEÓRICAS**

Ao mesmo tempo em que a proposição de Marx e Engels é relativamente clara em relação aos aspectos apresentados acima, ela está inserida dentro de um contexto de grandes transformações econômicas, políticas e sociais



por que passaram o capitalismo, inclusive com a superação da grande depressão de 1873-1895, que afetou em grande parte o campesinato. Nesta situação e condição os líderes socialistas da Europa começaram a debater uma série de pressupostos, tendo em vista o avanço parlamentar da socialdemocracia, especialmente na Alemanha. Este debate foi realizado nas seções da AIT vinculadas a Marx que haviam defendido nos congressos da associação a constituição de grandes unidades produtivas e a nacionalização terra. Na década posterior há um importante debate de Marx e Engels com os populistas russos e na década de 1890, já no âmbito da II Internacional, fundada em Paris, em 1889, é que continuam debates importantes, como por exemplo a ideia do colapso revolucionário, a participação eleitoral, o fim do campesinato e a determinação do processo de concentração do capital.

Segundo Berman (2006) os partidos socialistas e a Internacional Socialista estava consumida pelos debates sobre cooperação com os partidos burgueses e grupos sociais não proletários, do valor da democracia e como lidar com o nacionalismo.

Dentro deste período, é possível perceber uma continuidade nos escritos de Marx e Engels mantendo as formulações ainda desenvolvidas no programa da Liga dos Comunistas. As teses dos autores demarcam uma continuidade entre uma suposta forma arcaica de produção e apropriação coletiva, o comunismo primitivo, com o desenvolvimento de uma “forma superior” de produção e apropriação coletiva, o comunismo moderno. Essa proposição é marcada pela ideia do coletivo como unidade indivisa, que se conecta a formulação de trabalho coletivo, forma superior ao trabalho parcelar. Na nossa interpretação, a tese de Marx e Engels do comunismo primitivo é idealista, na medida em que postula uma explicação antinatural e anti-histórica para a origem da sociedade, neste sentido rompendo com o próprio materialismo histórico na busca pelo centro difusor do desenvolvimento econômico que vislumbrará no futuro o comunismo no reino da liberdade, que seria, como afirma Marx em carta a Vera Zaslitch, uma forma superior do tipo mais arcaico, uma nova forma de produção e apropriação coletiva, do arcaico comunismo do reino da necessidade para o comunismo moderno, do reino da liberdade. “Em suma, o Estado favoreceu o desenvolvimento precoce dos meios técnicos e econômicos mais apropriados para facilitar a exploração do cultivador, ou seja, da maior força produtiva da Rússia, e para enriquecer os “novos pilares sociais” (MARX, 1982).

Neste sentido, para que houvesse um desenvolvimento alternativo a partir da comuna russa era necessário que através do Estado fosse fortalecida a tendência de desenvolvimento dos camponeses médios e dos assalariados rurais. Essa alternativa via comuna russa do desenvolvimento do capitalismo no país, diferentemente do modelo inglês, se daria devido

a escala nacional da comuna russa. Neste sentido, é que podemos entender a seguinte frase de Marx a Vera Zasulitch: “Para salvar a comuna russa, é preciso uma revolução russa.”

Nos congressos da socialdemocracia alemã de Stuttgart (1870) e de Gotha (1875) se mantém a linha ortodoxa marxista, desta maneira mantém-se a perspectiva, já implícita no “18 Brumário”, do proletariado como dirigente do campesinato, tendo em vista a situação de transitoriedade de classe do campesinato e a perspectiva isolacionista que Marx e Engels, e a socialdemocracia, mantinham a respeito do modo de vida camponês.

Essas posições seriam também desenvolvidas dentro da AIT e gerando uma polarização entre o anarquismo e a socialdemocracia entre 1890 e 1920. De maneira geral as posições da socialdemocracia seriam defendidas por Engels e Kaustki.

*Nesse congresso [1894] se repetiu a tese da proletarianização necessária do camponês. Ao mesmo tempo, o partido assumiu a defesa dos camponeses enquanto contribuintes. Engels [...] Distingue claramente o pequeno camponês do médio e do grande, expressando a opinião de que lhe parecia quase uma traição se o partido promettesse as duas últimas categorias a manutenção estável da Independência econômica: também elas devem sucumbir em consequência da formação da propriedade capitalista e da produção mais competitiva de capitais. O partido não deve pois, apoiar-se nestes estratos mas sim nos trabalhadores assalariados. [...] Na formação do ponto de vista marxista sobre a questão agrária, um papel não negligenciável coube ao Congresso da Segunda Internacional realizado em 1896, que entrou na história como o congresso da ruptura total com o anarquismo [...]. (HEGEDUS, 1984)*

O debate político teórico realizado no interior da socialdemocracia europeia quanto à visão anticamponesa e industrialista é bem claro. O Antidhuring, neste sentido, é um texto fundamental, uma vez que é produzido por Engels para expressar a posição materialista histórica de Marx em disputa com determinadas proposições socialistas que surgiam no interior da socialdemocracia alemã. Portanto, é um texto fundamental para consolidação do marxismo sobre as posições socialdemocratas/comunistas. Seguindo no debate sobre a questão agrária e do desenvolvimento capitalista, no Antidhuring o autor afirma

*A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz o pelo modo de trocar os seus produtos. (ENGELS, 2013)*

Em outro trecho do mesmo livro Engels (2013) continua: “O papel histórico do modo capitalista de produção e seu portador – a burguesia - consis-

tiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos atuais.”

A centralidade da produção na concepção materialista da história e ao mesmo tempo o papel do modo capitalista de produção, como forma de centralização dos capitais e de substituição do trabalho cooperativo pelo trabalho coletivo, destruindo a sociedade de produtores isolados e instaurando uma nova forma de produção ficam bem demarcadas pelo autor.

Em outro trecho o autor diz:

*Nessa sociedade de produtores Isolados, de produtores de mercadorias, veio a Introduzir-se mais tarde o novo modo de produção. Em meio àquela divisão elementar do trabalho, sem plano nem sistema, que imperava no seio de toda a sociedade, o novo modo de produção implantou a divisão planificada do trabalho dentro de cada fábrica; ao lado da produção individual surgiu a produção social. (ENGELS, 2013)*

A instauração da produção social por meio do modo de produção capitalista é condição fundamental para instauração do socialismo, que aparece como meio de superar a incapacidade do capitalismo de dirigir as forças produtivas por ele desenvolvida.

*A contradição entre a produção social e a apropriação capitalista manifesta-se agora como antagonismo entre a organização da produção dentro de cada fábrica e a anarquia da produção no seio de toda a sociedade. [...]*

*De um lado, o modo capitalista de produção revela, pois, sua própria incapacidade para continuar dirigindo suas forças produtivas. De outro lado, essas forças produtivas compelem com uma intensidade cada vez maior no sentido de que resolva a contradição, de que sejam redimidas de sua condição de capital, de que seja efetivamente reconhecido o seu caráter de forças produtivas sociais. (ENGELS, 2013)*

Neste sentido, existe uma tese industrialista/centralista que subordina a situação da comuna. O industrialismo é apresentado como meio fundamental de concentração dos meios de produção em substituição a sociedade de produtores isolados. Assume ponto central na teoria marxista enquanto aspecto central do modo de produção capitalista e neste sentido como tendência monopolista de concentração de capital que tem como contrapartida a proletarianização. A ênfase está nas forças produtivas, principalmente na tecnologia e organização.

Assim, a concentração dos meios de produção que gera o monopólio, a centralização e concentração de capitais – e de proletários – desenvolverá os germes do comunismo, da propriedade coletiva indivisa. Neste sentido o texto de Engels é fundamental para consolidação do marxismo, uma vez que fica muito claro a ideia de que a agência da transformação está no capital, no

desenvolvimento de sua base sociotécnica, que, no caso da comuna russa, pode ser a sua salvação e a base para uma alternativa de desenvolvimento capitalista. É dentro desta perspectiva que a comuna russa surge como possibilidade alternativa, na medida em que a uma intervenção do capital no campo possibilitaria resolver a sua crise econômica e do próprio sistema tributário.

No Antidhuring Engels afirma:

*[...] Vemos, pois, que a divisão da sociedade em classes tem sua razão histórica de ser, mas só dentro de determinados limites de tempo, sob determinadas condições sociais. Era condicionada pela insuficiência da produção, e será varrida quando se desenvolverem plenamente as modernas forças produtivas. Com efeito, a abolição das classes sociais pressupõe um grau histórico de desenvolvimento tal que a existência, já não dessa ou daquela classe dominante concreta, mas de uma classe dominante qualquer que seja ela, e, portanto, das próprias diferenças de classe representa um anacronismo. (ENGELS, 2013)*

Para Prezworski (1985) a revolução social para os socialdemocratas era necessária devido ao desenvolvimento irracional e injusto do capitalismo. Por isso, enfatizam a necessidade do socialismo científico para combater o caos da anarquia da produção e a contradição entre produção socialista e apropriação capitalista.

Mantém-se a teoria da concentração de capital e da sua contrapartida, a proletarianização, como ponto principal da política social-democrática e ao mesmo tempo da estatismo como elemento importante no plano político para distribuição igualitária da produção coletiva. **O determinismo econômico, que se expressa no industrialismo, deriva da centralidade que assume o processo de produção e a teoria da alienação na teoria marxista.** Neste sentido, o texto de Engels reforça este aspecto, uma vez que desenvolve a análise a partir da teoria da alienação e da especificidade do conceito de trabalho em Marx. Esse aspecto é fundamental, uma vez que é o desenvolvimento das forças produtivas que possibilita o comunismo, e, portanto, é no próprio processo de produção, na mediação do trabalho, que o homem se aliena, sendo assim fundamental para emancipação o Partido e o Estado, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas tornará anacrônica a existência das classes.

No texto “Os Bakuninistas em Ação”, sobre o processo insurrecional espanhol em 1872/1873, Engels retoma as proposições marxistas a cerca da dupla função do desenvolvimento das forças produtivas, tal como descrita por Marx para o caso da Índia: a destrutiva e regeneradora, e novamente reafirma a situação de isolamento das vilas espanholas.

Ao passo que a política anarquista para Espanha foi justamente incentivar a ação coletiva revolucionária e o associativismo entre os camponeses

e o operariado urbano. Assim, Bakunin propunha duas políticas fundamentais: a distribuição das terras para quem nela trabalha; a libertação das obrigações de pagamento de tributos e trabalho aos proprietários rurais. A política para a luta dos camponeses foi sintetizada na palavra de ordem “Terra e Liberdade”.

O sindicalista revolucionário e anarquista suíço James Guillaume,<sup>2</sup> contemporâneo de Bakunin e Marx, formula a política anarquista para a questão agrária. Esse texto apresenta as posições bakuninistas-coletivistas sobre a terra e questão agrária. A proposição teórica anarquista com um programa político coletivista se contrapunha a teoria marxista ao programa comunista de estatização.

Guillaume afirma:

*O caráter da revolução precisa ser, a princípio, destrutivo. Em vez de modificar certas instituições do passado, ou adaptá-las a nova ordem, ele vai acabar com elas totalmente. Por essa razão, o governo será extirpado, junto com a Igreja, o Exército, os tribunais, as escolas, os bancos e suas instituições subservientes. Ao mesmo tempo a revolução tem um objetivo positivo, que os trabalhadores tomem o controle de todo o capital e ferramentas da produção. Deixe-nos começar com os camponeses e os problemas relativos a terra. Em muitos países, particularmente na França, os padres e a burguesia tentam ameaçar os camponeses contando a eles que a Revolução tomará suas terras. Esta é uma mentira ultrajante inventada pelos inimigos do povo. A Revolução tomaria exatamente um sentido oposto. Ela tomaria a terra da burguesia, dos nobres e padres e daria aos camponeses sem-terra. Se um pedaço de terra pertence a um camponês que o cultiva ele próprio, a Revolução não tocaria nela. Ao contrário, ela garantiria a livre posse e liquidaria os débitos da terra. Esta terra que uma vez enriqueceu o tesouro e foi sobrecarregada com impostos e arruinadas por hipotecas, como o camponês seria emancipada. Não mais taxas, não mais hipotecas, a terra torna-se livre, apenas como o homem. Como a terra propriedade da burguesia, o clero, os nobres –terra cultivada até agora pelos trabalhadores sem-terra para benefício dos seus senhores – a revolução retornará esta terra roubada a seus proprietários por direito, os trabalhadores agrícolas. (GUILHAUME, 1971)*

Dessa maneira, a questão agrária, e camponesa, anarquista é bem clara: supressão da propriedade fundiária da terra, nobiliárquica, clerical e burguesa, distribuição da terra, eliminação do peso das hipotecas e taxas (tributo e rendas pagas) e da exploração do trabalho agrícola.

---

2 **James Guillaume** (Londres, 16 de fevereiro de 1844, - Paris, 20 de novembro de 1916) foi uma das lideranças da Federação do Jura da Primeira Internacional. Pertencente a ala coletivista foi um dos expulsos junto com Bakunin pelo Conselho Geral na Cisão da Primeira Internacional em 1872. Teve papel fundamental na fundação da Internacional Antiautoritária sediada na cidade de St. Imier na Suíça

*Nós consideraremos como os camponeses derivarão o maior benefício possível dos seus meios de produção, a terra. Imediatamente depois da revolução os camponeses serão confrontados com uma situação híbrida. Aqueles que já são pequenos proprietários manterão seus lotes de terra e continuarão a cultivá-lo com suas famílias. Os outros, a eles são de longe a grande maioria, que arrenda a terra dos grandes latifundiários ou foram simplesmente assalariados agrícolas empregados pelos proprietários, tomarão a posse coletiva de vastas terras e as trabalharão em comum. Qual desses é o melhor sistema? Em uma região que tem sido ocupada antes da Revolução pelos camponeses detentores de pequenos sítios, onde a natureza do solo não é desejável para cultivos extensivos de larga-escala, onde a agricultura tem sido conduzida da mesma maneira por décadas, onde a maquinaria é desconhecida ou raramente utilizada — em uma tal região os camponeses irão naturalmente conservar a forma de propriedade que eles estão acostumados. Cada camponês continuará a cultivar a terra como ele fazia no passado, com esta singular diferença; seus antigos trabalhadores assalariados, se ele tinha algum, tornariam seus parceiros e compartilhará com ele os produtos do seu trabalho comum extraídos da terra. [...] Por outro lado, em operações agrícolas de larga escala, onde um grande número de trabalhadores agrícolas cultivam vastas áreas, onde a coordenação e cooperação são absolutamente essenciais, trabalho coletivo irá naturalmente conduzir a propriedade coletiva. Uma coletividade agrícola pode abarcar uma comuna inteira (unidade autônoma regional) e, se economicamente necessário para eficiência e maior produção, muitas comunas. (GUILHAUME, 1971)*

Neste trecho é possível ainda perceber a proposição política dos coletivistas com base no associativismo e na federalização das comunas e das unidades produtivas. É neste conflito no movimento operário-socialista internacional que as proposições anarquistas/coletivistas e socialdemocratas/comunistas se cristalizam. Por um lado, temos a política socialdemocrata a favor da proletarização e estatização (nacionalização) da terra, desenvolvendo no máximo uma política de capitalização da pequena agricultura que se torna um ramo da agricultura capitalista. A política coletivista anarquista defende que os trabalhadores tenham o controle coletivo sobre a terra, mesmo que em propriedades individuais eles não podem explorar o trabalho e logo gerar nem renda, nem lucro. Dessa forma, o coletivismo do anarquismo implica o reconhecimento do campesinato como sujeito coletivo; a ação coletiva de luta por terra e liberdade, pela coletivização da terra e contra a exploração, que implica sua distribuição aos trabalhadores que podem explorar a mesma de forma coletiva ou individual. Do ponto de vista político-organizativo nas duas últimas décadas do século XIX, pós-rompimento na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), os comunistas-socialdemocratas continuaram a política de construção de organizações partidárias e de avanço nas disputas eleitorais, enquanto os anarquistas passaram à construção de organismos de associação da classe para organização da Greve Geral, que deu origem as Confederações Nacionais de Trabalhadores.

## **A SOCIALDEMOCRACIA E O MARXISMO ORTODOXO**

A cristalização das posições anarquistas e sociais-democratas avançam. No interior desta que se passa a ter um conjunto de posições relativamente diferentes. No final do século XIX se desenvolve de forma prática e teórica o que seria chamado por Lenin e Kaustky de revisionismo do marxismo ortodoxo. (BERMAN, 2006). Procurando, sobretudo responder, de um lado o crescimento eleitoral dos partidos socialdemocratas em grande parte da Europa e por outro as perspectivas teóricas legadas por Marx e Engels, e desenvolvida e defendida por Kautsky. E será a política a ser adotada em relação a participação eleitoral e ao campesinato, mas alargadamente a questão agrária que será debatida no interior da socialdemocracia nesse contexto e será essencial para a nova linha. Por outro lado, a própria vertente revolucionária do marxismo desenvolvida por Lenin é, na perspectiva de Berman (2006), uma revisão, na medida em que o líder bolchevique desenvolve uma estratégia baseado num político de transição ao socialismo, e não econômico. Nesse sentido a transição ao socialismo é um esforço político-militar liderado por uma vanguarda revolucionário, o Partido Comunista.

Na Alemanha “revisionismo democrático” (BERMAN, 2006) aparece de forma teórica através de Bernstein, um dos principais líderes do Partido Socialdemocrata alemão. Sobretudo, ele criticaria a ideia de colapso revolucionário (ESPING-ANDERSEN, 1985), chamando atenção para a nova “dinâmica social capitalista” e as novas configurações de classes, onde passa a defender uma política para os camponeses.

Essa revisão em favor de uma política partidária que defendesse interesses do campesinato é logo rechaçada por Engels. Para o autor:

*Revolução proletária, solução das contradições: o proletariado toma o poder político e, por meio dele, converte em propriedade pública os meios sociais de produção, que escapam das mãos da burguesia. Com esse ato redime os meios de produção da condição de capital, que tinham até então, e dá a seu caráter social plena liberdade para Impor-se. A partir de agora já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado. O desenvolvimento da produção transforma num anacronismo a sobrevivência de classes sociais diversas. À medida que desaparece a anarquia da produção social, vai diluindo-se também a autoridade política do Estado. Os homens, donos por fim de sua própria existência social, tornam-se senhores da natureza, senhores de si mesmos, homens livres. (ENGELS, 2013)*

Engels afirma em 1894: “a grande produção agrícola passará sobre a pequena exploração como uma estrada de ferro esmaga um carrinho de mão... É o sentido do desenvolvimento econômico inevitável”

Para Vergopoulos

*Engels pensa, ao mesmo tempo, que o que é mais capitalista encontra-se objetivamente mais próximo do socialismo. A grande empresa pensa ele, já é uma forma de socialização objetiva do processo de produção. Eis porque apresenta a grande empresa como progressista, enquanto considera a pequena como uma forma de obstruir o progresso da história. Dá-se o mesmo propósito de sua problemática sobre a questão camponesa. (VERGOPOULOS, 1974)*

Neste sentido, o “homem do campo era sempre encarado pelos sociais-democratas como um patrão proscrito ou proletário futuro” (VERGOPOULOS, 1974). Assim podemos entender que é partir da centralização de capital e do estado que se defende a passagem mais fácil, no caso da agricultura, para a proposição de nacionalização.

A partir destas questões que a ortodoxia marxista se desenvolve através de Engels e Kautsky em resposta as discussões em torno do programa do Partido Socialdemocrata da Alemanha e dos partidos operários socialistas da França, o Partido Socialista da França (PSdF) e o Partido Socialista Francês (PSF). Kautsky mantém as principais formulações ortodoxas a respeito da questão agrária: a proletarianização do campesinato, a instauração do trabalho coletivo por meio do capitalismo, e sua vinculação ao mercado capitalista. Essas disputas entre um ortodoxismo e um revisionismo aparece de forma prática conforme os partidos socialistas passam a atuar no parlamento. Assim, as discussões no interior dos partidos sociais-democratas se concentravam em ajustar a prática política em curso com a linha teórica revisionista que criticava o industrialismo e a perspectiva de colapso revolucionário para se alcançar o socialismo. No congresso da Internacional Socialista em 1900, em Paris, é fortemente debatido a participação eleitoral e a coligação com partidos burgueses, passando a resolução de que em circunstâncias excepcionais seria aceitável a aliança com determinados partidos (BERMAN, 2006) A complexidade das divergências e alianças entre diversos setores do movimento operário e das questões nacionais impactou o movimento socialista francês, particularmente em torno da questão agrária. Sobre isto o Partido Operário Francês (POF), que seguia orientação marxista, foi duramente criticada pela II Internacional e Engels se referiu a política para os camponeses adotados nos congressos de Marselha e Nantes como inconsistente, fútil e oportunista.

A proposição política para a campesinato dentro uma perspectiva pragmática eleitoral conjugada com a crítica a ideia de colapso revolucionário caminham lado a lado nas discussões da Internacional Socialdemocrata.

Esse são os principais pontos debatidos tanto pelos “guedistas”, marxistas, como pelos socialistas independentes, representados por Jaurés. Estes defendiam mais abertamente uma política para os pequenos produtores e camponeses, desviando da questão clássica marxista a respeito da naciona-



lização da terra. Enquanto na França a situação aparecia de forma “prática” nos debates dentro do congresso, na Alemanha houve também um forte debate teórico a respeito da questão. Este debate é realizado ainda no congresso de Frankfurt (1894) que mereceu resposta de Engels e em 1899 é abordado por Kautsky na Obra “A Questão Agrária”. Mesmo ano que Lênin elaborou “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”.

Diz Kautsky acerca da questão agrária:

*Introduzir a cooperação na produção só é possível aos elementos que apenas têm a perder os seus grilhões, esses elementos que a exploração capitalista formou no trabalho em comum, em quem a luta organizada contra exploração capitalista desenvolveu virtudes sociais: a confiança na coletividade dos camaradas, o devotamento à comunidade, a subordinação voluntária à sua lei. É preciso passar por todos os estágios da evolução. A grande massa dos homens comuns não pode passar diretamente, nas condições normais, da exploração do artesão ou camponês, à grande exploração cooperativa. A propriedade individual dos meios de produção se opõe a isso... Não é pelos que possuem, mas pelos que não possuem que se fará a passagem à produção cooperativa... somente o proletariado vitorioso poderá tomar a iniciativa da produção cooperativa e realizar as condições que permitirão aos artesãos e camponeses passar... à grande produção pela cooperativa. (KAUSTKY, 1971)*

Kautsky aprofunda os elementos da definição de classe a partir exclusivamente do próprio processo de trabalho, assim a iniciativa revolucionária vem do lugar ocupado no processo de produção. Ao mesmo tempo responde a Bernstein, ao criticar sua ideia de cooperação como uma associação jurídica tão importante como o desenvolvimento das forças produtivas. Ao passo que Kautsky procura reafirmar a ideia de colapso revolucionário desenvolvido pela contradição entre a organização da produção, com sua centralização e concentração, e a anarquia do mercado como inevitável para se chegar ao socialismo, tal qual afirmara Engels no debate sobre a questão agrária, em 1894, e no texto *Antidhuring*. Bernstein crítica a ideia de colapso e propõe a ação política de expansão da democracia social como condição fundamental para se alcançar o socialismo, protegendo e incentivando a pequena produção camponesa.

Kautsky reafirma a ortodoxia marxista ao vincular a questão agrária a escala econômica e a industrialização da agricultura, ou seja, a tendência à concentração de capital e função integradora do industrialismo contra o atomismo das comunidades agrícolas. Haveria uma divisão sociotécnica do trabalho como na indústria. Isso levaria ao desaparecimento do campesinato, assim como aconteceu com os artesãos. Mantinha-se a perspectiva marxista ortodoxa de proletarização que significa a instauração do trabalhador coletivo, por meio do desenvolvimento da indústria. Condição necessária para o sucesso do socialismo. (ESPING-ANDERSEN, 1985)

Para esse setor da socialdemocracia, o campesinato era essencialmente conservador, satisfeito com seu modo de existência. Como é do interior do próprio processo de trabalho que surge a propriedade privada, portanto do trabalho alienado, e que a possibilidade de chegar ao socialismo passa necessariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, e os camponeses estão isolados em suas unidades produtivas, não é possível que eles sejam agentes políticos, uma vez que estão fora do processo industrial. Neste sentido, a proposição política de Kautsky é a manutenção da proposição de Marx e Engels: ou seja, a estatização da terra, uma vez que existe um processo de proletarianização em curso. O programa político para a questão agrária debatida no interior do partido socialdemocrata alemã é definido como proposições que acabem com direitos semi-feudais e garantam de alguma maneira o avanço do capitalismo nas áreas rurais.

Em contraposição a política ortodoxa do Partido socialdemocrata alemão Edward Bernstein propôs uma política de proteção e incentivo a pequena produção camponesa e o desenvolvimento da propriedade como fundamento da “democracia”, incorporando formulação do socialismo fabiano inglês. Primeiro o autor faz uma pesada crítica a ideia de “colapso” revolucionário, fortemente presente na obra de Marx, e mais ainda em Engels, quando este defende a perspectiva de “desaparecimento do estado” e da formação de grandes unidades industriais que levariam ao comunismo. Nesse sentido, o líder socialdemocrata propõe o rompimento com a política de enfrentamento de classes, e portanto, defende uma cooperação inter-classes dentro da disputa eleitoral, propondo: controle do mercado e política de defesa comercial para os camponeses.

Bernstein faz a crítica a própria filosofia da história marxista a partir a ideia inevitabilidade do movimento histórico e da determinação da vontade. Nesse sentido, o “revisão democrático” (BERMAN, 2006) caminha para uma ideia de primazia da política dentro do Estado e fora dele, como a organização dos sindicatos e cooperativas.

O autor afirma: “O materialista resulta ser, assim, um calvinista sem Deus. Se não crê numa predestinação ordenada por uma divindade, acredita, contudo, e deve acreditar que, a partir de um determinado ponto escolhido do tempo, todos os eventos posteriores são, através do conjunto de matéria existente e das direções de força nos seus elementos, previamente determinados”

Para o líder socialdemocrata alemão a consciência e a vontade humana são bastante subalterno e dependentes das condições de produção, tanto em Marx e mais ainda em Engels. Faz neste sentido uma pesada crítica a influência determinante das forças econômica. O autor afirma: “O materialismo filosófico, ou materialismo da ciência natural, é determinista, num

sentido mecânico. A concepção materialista da história não o é. Atribui ao fundamento econômico da vida das nações uma influência determinante, mas condicionada, sobre as formas que essa vida adquire.”

Por sua vez, a tese revisionista de Bernstein articula a proteção e incentivo a pequena produção camponesa e desenvolvimento da propriedade como fundamento da “democracia social”, observando as mudanças recentes nos países europeus, principalmente Alemanha e Inglaterra, tanto do ponto de vista político como econômico, a partir do diálogo como os socialistas fabianos e os utilitaristas ingleses. O socialismo para o autor passa ser entendido como o desenvolvimento de uma economia cooperativa de base municipal. Neste sentido, o autor faz uma apropriação do conceito de associação nos seguintes termos: “A mais exata caracterização será, em todo caso, aquela que principiar pelo conceito de associação, por que ela expressa tanto uma relação econômica – no sentido mais amplo do termo – como jurídica, ao mesmo tempo.”

O autor observa a presença de pequenas e médias propriedades na agricultura e crítica a ideia de centralização da produção como pré-condição para o socialismo. Demonstra a diferenciação dentro do proletariado e defende a ideia de cooperação desenvolvida tanto pelos sindicatos como pelas cooperativas. Neste sentido reafirma a crítica a socialdemocracia, dizendo: “Mas a carta no anteprojeto do Programa de Gotha (1875) de novo soa muita mais cética a respeito das associações, e esse ceticismo reina desde 1875 sobre toda a literatura marxista.”

Continua a observar no materialismo histórico: “a teoria da sociedade que principia pela produção como, em última análise, fator decisiva da forma da sociedade.” E estabelece a importância dos pequenos agricultores para a democracia social e desta para a produção agrícola: “É importante que a democracia social, em vez de andar pescando nas estatísticas provas para demonstrar a teoria preconcebida da ruína da classe dos pequenos lavradores, examine, antes, com atenção, o problema do movimento cooperativo no país e a sua importância.”

A partir da ideia do poder cooperativo, intermediado pelo Estado, e do desenvolvimento da democracia pelo voto universal defende uma perspectiva que essa primazia da política arrastaria as outras mudanças, como o fim de relações tradicionais no campo, e levaria o caminho para o socialismo.

Assim, sobre influência do Federalismo Liberal que articula a ideia de democracia e dos Socialistas Fabianos e utilitaristas ingleses, defende a ideia que o desenvolvimento das organizações liberais se dá rumo ao socialismo em virtude da atuação política dos sindicatos, cooperativas e dos partidos socialistas.

Percebe um “o enorme desenvolvimento da democracia social” e que a importância da “assistência ao camponês como lavradores independentes contra o capitalismo” articulando essa visão cooperativa também a importância eleitoral dos camponeses na Alemanha. A proposição de Bernstein destaca avanço da democracia como essencial para o avanço do socialismo, tanto quanto as grandes transformações técnicas.

*A democracia tem, nas zonas rurais, se quiser existir, de atuar no espírito do socialismo. Considero a democracia em conjugação com os resultantes das grandes transformações no sistema de comunicações de transportes, uma alavanca mais poderosa na emancipação dos trabalhadores rurais mais do que as próprias transformações técnicas nos processos da lavoura. (BERNSTEIN, 1983)*

Como proposição política para a socialdemocracia reafirma sua posição favorável ao Programa de Erfurt, o autor afirma:

1) *A luta contra todo todos os remanescentes e representantes atuais dos senhores feudais da terra e a luta pela democratização da comuna e do distrito.*

2) *Proteção e auxílio as classes trabalhadoras da agricultura. A cláusula abrange a proteção aos trabalhadores no mais estreito significado; abolição dos regulamentos para servos, limitação das horas de trabalho para as várias categorias de assalariados, regulamentação da política sanitária, sistema de educação, bem como medidas que liberam os pequenos camponeses como contribuinte*

3) *Medidas contra o absolutismo da propriedade e para o progresso do cooperativismo. Exigências como “limitação dos direitos de propriedade privada no solo”, com vista a promover: a) a supressão do acrescentamento de terras a terras; b) o cultivo da terra; c) a prevenção contra a doença” (Kautsky);” a redução de rendas exorbitantes por tribunais estabelecidos para esse fim” (Kautsky); a construção pela paróquia de alojamentos saudáveis e confortáveis para os camponeses; “facilidades para uniões cooperativas, por meio de legislação apropriada” (Kautsky); o direito da paróquia à aquisição de terras, por compra ou expropriação, cedendo-as a uma renda barata aos trabalhadores e associações de trabalhadores. (BERNSTEIN, 1983)*

Bernstein avança na questão destacando a principalmente a questão da cooperação, dos sindicatos e armazéns cooperativos conjugado a uma plataforma política de disputa eleitoral que prioriza a utilização dos municípios como ponto de apoio do projeto socialista de reforma. O autor afirma: “Pela sua natureza global, o socialismo municipal é ponto de apoio indispensável para a formação ou realização completa do que, no último capítulo, chamei “direito democrático do trabalho””

Por sua vez, a tese leninista faz uma heterodoxia teórica conciliando as teses da primeira internacional sobre a aliança operário-camponesa com a visão etapista e a política de Bernstein de incentivo a pequena propriedade

que seria colocada em prática com a NEP. Em um primeiro momento, a política leninista também segue a observação de Engels, de 1894, “Epílogo à Questão Social na Rússia”, quando este afirma:

*Não pretendo saber se foi conservado o suficiente destas comunidades a ponto de que elas, como Marx e eu esperávamos, embora em 1882, possam servir de ponto de partida de uma evolução comunista, em consonância com uma revolução na Europa Ocidental, caso este ocorra. Uma coisa, porém, é certa: o que resta destas comunidades somente será conservado se o despotismo czarista for derrocado por uma revolução na Rússia. Esta revolução não só retiraria a grande massa do país, os camponeses, do isolamento de suas aldeias, do Mir, que é o conhecer o mundo exterior, e a conhecer-se nele, conhecer sua própria condição e os meios de livrar-se de sua pobreza atual, como um novo ímpeto ao movimento da classe trabalhadora do Ocidente e a colocaria em melhores condições para a luta. Deste modo ela apressaria a vitória do proletariado industrial moderno, sem o qual a Rússia contemporânea não pode escapar da comunidade nem do capitalismo para dirigir-se rumo a uma nova transformação socialista. (MARX, 1982)*

A publicação deste ensaio foi o último lance público da longa controvérsia travada com os Narodniks russos. Este texto, particularmente, dirigido as polêmicas travada pelos marxistas russos. Neste ponto, Lenin mesmo mantendo certa ortodoxia teórica e concordando com as tendências fundamentais desenvolvidas por Marx, Engels e Kautsky “foi sempre sensível, em compensação, aos mais diversos imperativos da realidade no plano político.” (AMIN, 1974) Segundo Berman: “In the Leninist revision of Marxism historical materialism and class struggle were replaced by the primacy of politics and revolutionary vanguards”. Especificamente sobre a obra “A Questão Agrária”, diz Lênin:

*Este livro, (que recebemos quando a maior parte de nossa obra já estava composta) constitui, depois do Livro Terceiro de O Capital, o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna. Kautsky analisa as “tendências fundamentais” da evolução capitalista da agricultura e examina diversos fenômenos da agricultura contemporânea como “manifestações particulares de um único processo geral. (LENIN, 1982)*

Em um primeiro momento Lenin também aponta para o desenvolvimento do capitalismo no campo e a tendência da proletarianização dos produtores e formação de uma burguesia rural. A revolução por etapa proposta pela socialdemocracia no plano internacional e russo.

Em 1905 Lênin mantinha as seguintes posições:

*1 – O MPC [modo de produção capitalista] desenvolve-se rapidamente na agricultura russa, sendo suprimidos os vestígios feudais, particularmente a propriedade senhorial e os mir – comunidades camponesas*

*2- a relação de propriedade fundiária não constitui obstáculo ao desenvolvimento do MPC*

*3 – o campesinato reduz-se a um mundo a parte, a concentração na agricultura engendra a proletarização dos camponeses e o êxodo rural. A contradição fundamental do MPC reproduz-se no meio rural, instaurando aí duas classes sociais com interesses opostos. (VERGOPOULOS, 1974)*

Entretanto, o contexto político russo, com a experiência da revolução de 1905, e situação de 1914 faz com que passe a defender a nacionalização também como meio para acabar com atividade especuladora.

Ainda que sua obra abordasse a questão em concordância com vários aspectos desenvolvidos por Kautsky, como a tendência a concentração de capital e a proletarização, Lênin também abordou o processo de dissolução do Mir, mantendo assim a perspectiva de Marx e Engels sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Entre os camponeses aborda o processo de proletarização, com aumento do assalariamento, e a permanência de um setor do campesinato que também é explorado, é neste sentido passa a ser importante para a política bolchevique na Rússia.

No texto, “Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos”, de 1915, o líder bolchevique destaca a passagem dos “latifúndios escravistas, incultos em 9/10, à pequena agricultura mercantil Não agricultura fundada no trabalho familiar” passa a destacar o aumento do assalariamento e as modificações técnicas na agricultura. As modificações advindas do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Segundo o autor:

*Ora, o que significam estes investimentos? Significam modificações técnicas introduzidas na agricultura, sua intensificação, a passagem a sistemas superiores de cultura, a utilização massiva de adubos artificiais, o aperfeiçoamento dos instrumentos e máquinas, a ampliação de seu emprego, o recurso crescente ao trabalho assalariado, etc. Considerando apenas a superfície, não é possível expressar todos estes processos complexos e diversos, quando é precisamente o seu somatório que caracteriza o processo geral do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (LENIN, 1980)*

## **COMPARADO A AGRICULTURA EUROPEIA E AMERICANA AFIRMA**

*A agricultura europeia se desenvolve, sobretudo sob a forma intensiva, não pelo crescimento da quantidade de terra cultivada, mas pela melhoria da qualidade do trabalho e da terra, pelo aumento do capital investido. E é esta via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista (que se torna, gradualmente, também a americana) que perdem de vista aqueles que se limitam a comparar as explorações unicamente de acordo com a sua superfície. (LENIN, 1980)*

E define a questão fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista que “consiste precisamente em que a pequena exploração, perma-

necendo pequena pela extensão de terra, transforma em grande exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc.

Faz neste sentido outra importante observação:

*Tanto na indústria quanto na agricultura ocorre uma redução percentual das empresas médias, cujo número cresce mais lentamente que o das grandes e pequenas. Tanto na indústria quanto na agricultura o número das pequenas empresas aumenta mais lentamente que o das grandes. (LENIN, 1980)*

E conclui:

*O indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. É possível constatar o desenvolvimento do trabalho assalariado, bem como o aumento do emprego de máquinas, em todas as regiões do país e em todos os ramos da agricultura. O aumento do número de operários assalariados supera o de população rural e o da população total do país. O crescimento do número de farmers atrasa-se em relação ao crescimento da população rural. As contradições de classe aprofundam-se e exacerbam-se. (LENIN, 1980)*

Essa perspectiva se coaduna a ideia de revolução por etapas da social-democracia russa, neste sentido a luta ao lado do campesinato está inserida dentro das reivindicações antifeudais e antiabsolutistas como um tudo dentro do quadro da revolução democrática burguesa.

Para Lenin existia empobrecimento e desenvolvimento capitalista, assim do ponto de vista da luta democrática os socialdemocratas se colocavam ao lado dos camponeses, mas do ponto de vista socialista apoiava as parcelas da população rural que “encontravam em identidade com o proletariado urbano”, essa parcela era o campesinato mais empobrecido, que Lênin destaca na sua obra como explorado também pelo capitalismo.

Neste sentido, enquanto a socialdemocracia alemã ampliava sua expressão eleitoral e sua representação nos meios sindicais operários, a socialdemocracia russa convivia sob uma forte repressão do Estado czarista, com a ação agrarista dos populistas russos, que olhava de maneira positiva a resistência camponesa à penetração capitalista, e com uma tradição popular rebelde do campesinato russo.

O X congresso do PC (B) R que reconheceu a repartição da terra e o fortalecimento do campesinato médio, importando teses e política do anarquismo e do populismo russo. Mesmo assim sua política pós-revolução de 1917 retornou ao modelo socialdemocrata de Kautsky, para com fim da guerra civil adotar uma política semelhante as teses de Bernstein, expressadas na NEP, para em 1928 o PC retornar a ortodoxia marxista e iniciar a coletivização.

Se por um lado, o apoio ao campesinato na Alemanha e França gerava fortes críticas de Engels e Kautsky, pois sua expressão eleitoral do partido ampliava a pressão no interior da social democracia para angariar apoio no campo, na Rússia, a socialdemocracia, particularmente os Bolcheviques, procuram apoio do campesinato dentro do quadro de uma aliança de classe por uma revolução democrática nacional e sua fração mais empobrecida eram aqueles que eles procuravam mobilizar.

Na perspectiva marxista desenvolvida pela socialdemocracia se amplia dois componentes limitadores da ação coletiva: as associações limitadas pelo poder do capital e a consciência limitada devido ao processo de atomização do processo de trabalho, decorrente da alienação. O capitalismo criar o sujeito de sua destruição, mais limita sua constituição e ação, assim é necessário o protagonismo estatal. Na vertente reformista revisionista, de Bernstein, é necessária ampliar a cooperação entre os trabalhadores seja por meio dos sindicatos e das cooperativas, principalmente de consumo, em conjunção com o fortalecimento eleitoral do Estado democrático liberal. Na vertente revolucionário, representada pelo Bolchevismo, é necessária a tomada violenta do aparato Estatal para que se inicie o processo de nacionalização da terra e proletarização.

A prática política socialdemocrata vai anulando o sujeito político e impossibilitando sua autodeterminação em favor da constituição contraditória das forças produtivas. Neste sentido o capital, alienante, mas produtor do trabalhador coletivo, e o Estado, regulador da redistribuição, se tornam efetivos sujeitos. Desta maneira a agência política dos sindicatos e associações de trabalhadores serão diferentes da proposição coletivista anarquista.

Mesmo a aliança operária camponesa de Lenin mantém uma perspectiva industrialista, com o proletário industrial no centro da ação política, o único capaz de conduzir uma política verdadeiramente democrática-revolucionária e universal, através do Partido, que garantiria a explosão revolucionária nas massas. Segundo Linhart

*Cabe ao proletariado organizar os camponeses pobres que são seus aliados naturais no campo. As formulações de Lenin mostram, entretanto, que ele atribuiu ao movimento dos camponeses pobres um papel subordinado: o proletariado apoia-se os camponeses pobres em sua ação nos vilarejos; mas os camponeses pobres não constituem, em si mesmos, uma força dirigente da luta das classes no campo. Isto é muito importante: a partir deste momento, a política agrária soviética não tem mais como fundamento o movimento revolucionário das massas rurais. Tente suscitar este movimento para apoiar suas próprias ofensivas, o que é muito diferente. (LINHART, 1983)*

Dentro de um contexto de formação do novo governo, de guerra civil e crise de abastecimento de alimentos a política bolchevique se volta contra o camponês médio, um dos principais agentes da revolução de 1917, com a



teoria do camponês trabalhador e explorador. Coloca no centro da questão a subordinação política do campesinato a política de industrialização conduzida pelo proletariado industrial. Sobre a política industrial bolchevique Castoriadis afirma:

*A filosofia deles é uma filosofia do desenvolvimento das forças produtivas; e, também quanto a isso, são os fiéis herdeiros de Marx – ou pelo menos, de um aspecto de Marx que é o aspecto dominante nas obras da maturidade. O desenvolvimento das forças produtivas é, se não um fim último, certamente o meio absoluto, no sentido de que tudo o mais deve resultar desse desenvolvimento como consequência e de que tudo deve estar subordinado a esse desenvolvimento. (CASTORIADIS, 1985)*

## **CONCLUSÃO**

A concepção marxista assume o industrialismo como ponto central do desenvolvimento da sociedade. Neste sentido, essa perspectiva assume o desenvolvimento e crescimento das forças produtivas de um tipo de padrão técnico-científico, supostamente mais eficiente, que na verdade favorece uma classe, um estado, um gênero e uma etnia. Assim se torna eurocêntrica na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas toma um estatuto central e aparece, como afirma Castoriadis (1985), como meio absoluto que subordina tudo e todas outras formas de vida. Essa concepção está fortemente presente nos governos populares, populistas ou de esquerda, e por isso em grande parte gera uma contradição entre esses governos e os movimentos camponeses e indígenas. Uma vez que coloca no centro da questão a subordinação política do campesinato e todas outras condições de vida a política de industrialização conduzida pelo proletariado industrial, conduzida pelo Estado.

Essa reflexão histórica é fundamental para compreendermos processos contemporâneos. No Brasil por exemplo, toda uma linha de interpretação tenta explicar os destinos do sindicalismo brasileiro e sua integração na política desenvolvimentista a partir da tese de que existe uma “traição” da política do governo Lula. Apesar de CUT e outras centrais terem afirmado sua política a favor da reforma agrária e a demarcação das terras indígenas em nenhum momento esse compromisso foi central.<sup>3</sup> A tese da traição simplifica os caminhos escolhidos pela CUT e pelo sindicalismo brasileiro, seu grupo dirigente e as suas bases e gera uma série de análises equivocadas dos caminhos cutistas, a principal delas a tese da traição da direção cutista.

Nesse sentido é importante compreender que o modelo socialdemocrata internacional e o republicanismo foram em grande parte as concepções que se basearam os fundadores da CUT, sem esquecer os militantes e grupamen-

---

3 Realizaremos a análise mais detalhada da política da CUT na Tese de Doutorado, em andamento,

tos de origem católicas, que flertam com o Republicanismo e o Marxismo. Em comum esse republicanismo e marxismo socialdemocrata compartilham o combate às vertentes revolucionários, insurrecionais, seja no campo do próprio marxismo, como do anarquismo. A teoria socialdemocrata está assentada nessa concepção industrialista que defende como principal política econômica para modernização a industrialização e traz como principal sujeito da transformação o operário industrial. Neste caso, o Estado atua como agente para o desenvolvimento econômico e para a melhor distribuição da riqueza por meio de políticas de criação de emprego através do processo de industrialização.

O campo e o campesinato são sempre vistos como representantes do atraso, mesmo quando ocorre alguma consideração sobre uma possível participação do campesinato e dos modos de produção pré-capitalistas para a construção do socialismo, isto só pode acontecer com a difusão das forças produtivas (como no debate de Marx com os populistas russos no caso de um desenvolvimento alternativo do capitalismo e da revolução na Rússia).

E ainda importante destacar que a socialdemocracia tem mediado através do Estado a conciliação de classe a partir do desenvolvimento do capitalismo no setor agrário e industrial. O principal exemplo ocorreu na Suécia no pós-crise de 1929 na aliança entre o Partido Social Democrata e os partidos burgueses, como a Liga Camponesa (atual Partido de Centro). No caso do Brasil, a CUT e o PT reproduziram essa visão industrialista e aplicaram uma política de defesa da grande indústria nacional, principalmente o setor metalúrgico vinculado às montadoras, que pela sua articulação com o agronegócio, possibilitou a expansão do setor automobilístico e da agroindústria. Essa aliança dos operários da indústria com o capital industrial ficou explícita a partir de 2008, quando a CUT fez um pacto de proteção do emprego combinado com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas (ABIMAQ). Logo, muito além da traição o que ocorre é uma política de favorecimento da indústria e da industrialização da agricultura que visa eliminar o campesinato e os modos de produção pré-capitalistas. Essa política dentro de um contexto político e econômico específico neoliberal que levou ao estabelecimento de uma economia do agronegócio. Essa política está ancorada numa longa tradição socialdemocrata de fetichização do operariado industrial e de aliança com a burguesia nacional para promoção da industrialização. No caso brasileiro, esse projeto está associado ao desenvolvimento de grandes projetos energéticos e agroindustriais que tende a adequar a economia nacional a nova divisão internacional do trabalho e ao sistema interestatal capitalista. Logo, as ofensivas contra povos indígenas e camponeses na América Latina, realizada sob Governos de Esquerda, tem profundas raízes no pensamento liberal e socialdemocrata que defendem a modernização pela industrialização. A reforma agrária passa a ser uma política social de governabilidade, e não uma política central de redistribuição fundiária

e mesmo de desenvolvimento econômico. A crítica coletivista, de Bakunin por exemplo, já apontava no século XIX que a política socialdemocrata levava a uma dupla política de opressão, do campo pela cidade e das minorias nacionais pelos Estados. Nesse sentido a leitura da questão agrária dessa ótica pode ser uma importante forma de crítica dos processos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: EDUSP, 2007.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *Questão agrária e capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

BAKUNIN, Mikhail. *Consideraciones filosóficas*. 2. ed. cibernética, 2003a. Disponível em: <<http://www.antorcha.net/>>. Acesso em: dez. 2008.

\_\_\_\_\_. *De baixo para cima e da periferia para o centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.

\_\_\_\_\_. *Estatismo e Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2003.

\_\_\_\_\_. *Federalismo, socialismo y antiteologismo*. 2. Ed. cibernética, 2003b. Disponível em: <<http://www.antorcha.net/>>. Acesso em: set. 2010.

\_\_\_\_\_. *Oeuvres Complètes*. International Institute of Social History, Netherlands Institute for Scientific Information Services, Royal Netherlands Academy of Arts and Sciences, 2000. (CD-ROM)

\_\_\_\_\_. *Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre a natureza e sobre o homem*. 1870.

\_\_\_\_\_. *A política da internacional*. IN: socialismo libertário. São Paulo: Global, 1979.

BAKUNIN, Mikhail; JUKOVSKI, N. I. O Nosso programa. In: FERNANDES, Rubens César Fernandes (Orgs.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Terra e liberdade. In: FERNANDES, Rubens César Fernandes (Orgs.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BERMAN, Sheri. *The Primacy of Politics: Social Democracy and the Making of Europe's Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BIHR, Alan. A herança: o modelo socialdemocrata do movimento operário.

In: \_\_\_\_\_. *Da grande noite a alternativa: movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CASTORIADIS, C. *A experiência do movimento operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DROZ, Jacques. *A Associação Internacional dos Trabalhadores*. In: \_\_\_\_\_. *Historia geral do socialismo*. Liboa: Horizonte Universitário, 1977. v. 3. p. 819-861.

\_\_\_\_\_. *As origens da social democracia alemã*. In: \_\_\_\_\_. *Historia geral do socialismo*. Liboa: Horizonte Universitário, 1977. v. 3. p. 623-683.

\_\_\_\_\_. *A socialdemocracia alemã (1875-1914)*. In: \_\_\_\_\_. *Historia geral do socialismo*. Liboa: Horizonte Universitário, 1979. v. 4.

ENGELS, F. *A Anti-Dübring*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Os bakuninistas em ação*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Para a Crítica do Projecto de Programa Socialdemocrata de 1891*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. *A questão camponesa em França e na Alemanha*. ed. virtual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

\_\_\_\_\_. *Carta a Nikolai Frantsevitch Danielson*. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Questão social na Rússia*. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *Epilogo à questão social na Rússia*. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. *Politics against Markets: The Social Democratic Road to Power*. Princeton: Princeton University Press. 1985.

\_\_\_\_\_. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERNANDES, Luís. *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Ordem e anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política: Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. Tese (Doutorado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Trabalho e ação: o debate entre Bakunin e Marx e sua contribuição para uma sociologia crítica contemporânea. *Em Debate: Revista Digital*, Florianópolis, n. 4, p. 1-23, 2010.

\_\_\_\_\_. *Teoria do poder, da reciprocidade e a abordagem coletivista: Proudhon e os fundamentos da ciência social no anarquismo*. ed. virtual. Acessado no site: Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: set. 2013.

GOUREVITCH, Peter. Keynesian Politics: The Political Sources of Economic Policy Choices. In: HALL, Peter. (Org.). *The Political Power of Economic Ideas: Keynesianism across Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

\_\_\_\_\_. *Políticas Estratégicas em tiempos difíciles: Respuestas comparativas a las crisis económicas internacionales*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUILHAUME, James. *Ideias sobre a organização social*. Paris: Portugal Libertário, 1971.

GURVITCH, Georges. *Proudhon e Marx*. Lisboa: Presença, 1980.

\_\_\_\_\_. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_. *Dialética e sociologia*. São Paulo: Vértice, 1987.

HAUPT, G. Marx e marxismo. In: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 1.

HEGEDUS, Andras. A questão agrária. In: HOBBSAWM, Eric. *História do marxismo: o marxismo na época da Segunda*. Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984. v. 4.

KAUTSKY, Karl. *The Class Struggle*. New York: W. W. Norton, 1971.

\_\_\_\_\_. *A questão agrária: os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

- LENIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América*: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Debates, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Estado e a Revolução*. 1917. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>>.
- MARX, Karl. Primeiro rascunho de carta a V. Zaslitch. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo*: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. Carta a V. Zaslitch. In: FERNANDES, Rubens César (Org.). *Dilemas do socialismo*: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas Russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*: O processo da produção do capital. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. v. 1, 2.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MANUSTRICOS econômicos e filosóficos. ed. vitrual. Disponível em: <<http://www.marxists.org/>>. Acesso em: setembro 2013.
- PASSETTI, Edson; RESENDE, Paulo Edgar. Proudhon. In: FERNANDES, Florestan. *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1986.
- PROUDHON, Pierre Joseph. *La capacidad política de las clases obreras*. 2003. Disponible em: <<http://www.antorcha.net/>>. Acessado em: jan. 2014.
- \_\_\_\_\_. *O que é a propriedade*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1975.
- \_\_\_\_\_. *De la création de l'ordre dans l'humanité ou principes d'organisation politique*. Besançon, 1843.
- \_\_\_\_\_. *Do princípio federativo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. São Paulo: Icone, 2000. t. 1.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and Social Democracy*. New York: Cambridge University Press, 1985.
- VEIGA, José Eli. *O desenvolvimento agrícola*: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP, 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Social Change*: the colonial situation. New York: John Wiley & Sons, 1966.